

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ELLEN CARBONARI ALVES

**CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA E DA SOCIOLOGIA ECONÔMICAS
APLICADAS À ANÁLISE ECONÔMICA DAS MOEDAS SOCIAIS: O CASO
PALMAS**

**Porto Alegre
2017**

ELLEN CARBONARI ALVES

**CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA E DA SOCIOLOGIA ECONÔMICAS
APLICADAS À ANÁLISE ECONÔMICA DAS MOEDAS SOCIAIS: O CASO
PALMAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof. Dra. Gláucia Campregher

**Porto Alegre
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Alves, Ellen Carbonari
CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA E DA SOCIOLOGIA
ECONÔMICAS APLICADAS À ANÁLISE ECONÔMICA DAS MOEDAS
SOCIAIS: O CASO PALMAS / Ellen Carbonari Alves. --
2017.
94 f.
Orientadora: Gláucia Angélica Campregher.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Moeda social. 2. Enraizamento . 3. Dívida. 4.
Economia Solidária . I. Campregher, Gláucia
Angélica, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELLEN CARBONARI ALVES

**CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA E DA SOCIOLOGIA ECONÔMICAS
APLICADAS À ANÁLISE ECONÔMICA DAS MOEDAS SOCIAIS: O CASO
PALMAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Gláucia Campregher – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho
UFRGS

Prof. Me. Nilton Pinho de Bem
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Carlos Eduardo Alves de Alves e Bernardete Carbonari por terem me incentivado a realizar meus sonhos e empreender naquilo que me faz feliz. Agradeço a vocês pelos anos de carinho e compreensão e pela inspiração que são; vocês auxiliam-me na busca por ser uma mulher forte e de bom coração. Agradeço também ao meu irmão, pela nossa amizade e nossas trocas. Tua chegada foi, desde o dia 1º, grande motivo de alegria em minha vida.

Agradeço ao meu companheiro e futuro colega de profissão, César, pelas horas dedicadas a revisar este trabalho, e à sua paciência em me apoiar durante este processo. Agradeço, principalmente, pela parceria que empreendemos ao dividir nossas histórias.

Agradeço aos meus amigos, a casa Bosque e aos colegas de trabalho, essenciais à minha realização pessoal.

Por fim, agradeço, com imenso carinho, à minha orientadora, Gláucia, por servir de inspiração dentro e fora da sala de aula, pelo estímulo ao pensamento crítico e especialmente, por me fazer acreditar que a construção de uma sociedade menos desigual é possível.

RESUMO

A relevância da economia nas vidas humanas e, por consequência, do dinheiro, enquanto expressão máxima de trocas econômicas e sociais, é o que justifica as iniciativas deste trabalho. A antropologia e a sociologia econômicas têm se ocupado em demonstrar como o capitalismo envolve uma condição particular de relações entre pessoas e coisas, pontuando que a teoria econômica não dá conta da complexidade de relações entre todos os atores envolvidos e, portanto, não é suficiente para o entendimento dos muitos emaranhados de relações que, de formas distintas e em diferentes sociedades, estão por trás do dinheiro. Assim, o presente trabalho busca aproximar-se da compreensão da moeda como instituição social e, para tal, faz uso de autores da sociologia e da antropologia econômicas, que são essenciais a esse entendimento. Delimita-se o estudo da moeda às moedas sociais por compreender-se que estas revelam mais facilmente aspectos amplos da própria moeda. As moedas sociais nasceram em contextos aproximados da Economia Solidária e se alastraram pelo mundo especialmente durante os anos 1980. Utiliza-se o caso da moeda social Palmas, em Fortaleza, criada e gerida pelos moradores do Conjunto Palmeiras, desde 2002, como objeto. Portanto, o principal exercício aqui proposto é identificar, contrapor e analisar as contribuições da antropologia e da sociologia econômicas mais relevantes à análise econômica da moeda social Palmas. Para realizar o exercício proposto será feita uma pesquisa de caráter qualitativo e revisão bibliográfica dos autores escolhidos, norteada pelos objetivos específicos, que são: i) identificar as principais contribuições da antropologia e da sociologia econômica à compreensão da moeda como instituição social; ii) compreender o contexto histórico e os sentidos das moedas sociais, em especial a moeda Palmas e, por fim, iii) analisar o caso Palmas à luz dos autores apresentados nas seções iniciais. Foi visto que, de fato, a moeda social Palmas é uma expressão da socialização primária e secundária do Conjunto Palmeiras, sendo política desde o seu nascimento. Também foi possível observar a existência de experiências que se baseiam nos laços sociais e nas redes de confiança, lógica organizativa do social que difere dos valores de impessoalidade presentes na lógica mercantil. Demonstrou-se que a moeda social é uma manifestação que revela, mais perceptivelmente, atribuições amplas da moeda e, por fim, foram vistos os limites e contradições do alcance da moeda Palmas.

Palavras-chave: Moeda social. Dádiva. Enraizamento. Economia Solidária.

ABSTRACT

The relevance of economics in human lives and, consequently, money, as the maximum expression of economic and social exchanges, is what justifies the initiatives of this work. Economic anthropology and sociology have been concerned with demonstrating how capitalism involves a particular condition of relations between people and things, pointing out that economic theory fails to account for the complexity of relations between all the actors involved and is therefore not sufficient for the understanding of the many entanglements of relationships that, in different ways and in different societies, are behind money. Thus the present work seeks to approach the understanding of the currency as a social institution and, to this end, makes use of authors of economic sociology and anthropology, which are essential to this understanding. The study of money to the social currencies is delimited, for understanding that these reveal, more easily, broad aspects of the currency itself. Social currencies are born in close contexts of the Solidarity Economy and have spread throughout the world especially during the 1980s. The case of the Palmas social currency in Fortaleza, is used as object of study. Therefore, the main exercise proposed here is to identify, contrast and analyze the contributions of anthropology and economic sociology most relevant to the economic analysis of the social currency Palmas. To carry out the proposed exercise, a qualitative research and bibliographic review of the chosen authors will be carried out, guided by the specific objectives, which are: i) to identify the main contributions of economic anthropology and sociology to the understanding of money as a social institution; ii) to understand the historical context and the meanings of social currencies, especially the Palmas currency, and iii) to analyze the Palmas case in the light of the authors presented in the initial sections. It has been seen that, in fact, the social currency Palmas is an expression of the primary and secondary socialization of the Conjunto Palmeiras, being political from its birth. It was also possible to observe the existence of experiences that are based on social ties and trust networks, organizational logic of the social that differs from the values of impersonality present in the mercantile logic. It has been shown that the social currency is a manifestation that reveals, more perceptibly, broad attributions of the currency and, finally, the limits and contradictions of the reach of the Palmas coin were seen.

Keywords: Social currency. Gift. Embeddedness. Solidarity economy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 AS PRINCIPAIS VISÕES DA ECONOMIA E DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA SOBRE O DINHEIRO COMO SIGNO DE SOCIABILIDADE	13
2.1 O DINHEIRO QUE VELA A SOCIABILIDADE HUMANA: A TEORIA DO VALOR DE MARX	13
2.1.1 Antes da generalização das trocas mercantis: Marx nas formações econômicas pré-capitalistas.....	14
2.1.2 Sociabilidade por trás dos preços em <i>O Capital</i>	16
2.1.3 Sociabilidade e dinheiro precisamente	21
2.2 DAR, RECEBER E RETRIBUIR COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL: A TEORIA DA DÁDIVA EM MARCEL MAUSS	25
2.2.1 As trocas baseadas na obrigação de dar e receber	25
2.2.2 O Fato social total.....	28
2.2.3 Dívida convivendo com troca mercantil e dinheiro.....	30
2.3 O SOCIAL PARA ALÉM DO ECONÔMICO: TROCAS MERCANTIS HÍBRIDAS EM KARL POLANYI	32
2.3.1 Polanyi e o econômico enraizado no social.....	33
2.3.2 A excepcionalidade da economia de mercado	35
2.3.3 O social que antecede e subsiste ao econômico	37
2.4 A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA E SEUS APORTES SOBRE DINHEIRO	38
2.4.1 Quem é e do que trata a nova sociologia econômica	39
2.4.2 As contribuições de Granovetter: laços e redes do enraizamento.....	41
2.4.3 Contribuições das teorias sociológicas e antropológicas para a compreensão do dinheiro	44
2.4.4 Destaque para a não neutralidade da moeda em Marx e Polanyi	49
3 O CASO DAS MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL E EM PARTICULAR DO BANCO PALMAS	53
3.1 MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL E NO MUNDO	53
3.1.1 Moedas sociais e economia solidária.....	57
3.1.2 Moedas sociais e bancos comunitários de desenvolvimento	59
3.2 O CASO PALMAS NO BRASIL E SEUS SENTIDOS	64
3.2.1 A expansão do microcrédito	67

3.2.2 Alcances e limites do experimento solidário da moeda social local	73
4 A SOCIABILIDADE POR TRÁS DA MOEDA SOCIAL PALMAS	78
4.1 AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA ECONÔMICAS APLICADAS À MOEDA SOCIAL PALMAS	78
4.2 A MOEDA SOCIAL REVELARIA O QUE A MOEDA NACIONAL VELA.....	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

Os termos crédito, moeda, mercado, uma vez circunscritos ao entendimento de acadêmicos, passaram a compor a semântica de todas as classes, adentrando cada vez mais os cotidianos contemporâneos. A centralidade assumida pelo aspecto econômico na semântica das pessoas está, para Neiburg (2010), relacionada às formas de pensar, agir e falar que compõe o social moderno. A relevância da economia nas vidas humanas e, por consequência, do dinheiro, enquanto expressão máxima de trocas e sociabilidades, é o que justifica as iniciativas deste trabalho.

Para além das conhecidas críticas do marxismo ao capitalismo – ao caráter privado da apropriação do trabalho comum (exploração) e do destino comum (alienação) – destacam-se as de historiadores, sociólogos e antropólogos, como Karl Polanyi e Marcel Mauss, que também reconhecem a especificidade histórica das bases sociais deste sistema, que não são as mesmas das sociedades antigas. A antropologia e a sociologia econômica têm se ocupado em demonstrar como o capitalismo envolve uma condição particular de relações entre pessoas e coisas, pontuando que a teoria neoclássica não dá conta da complexidade de relações entre todos os atores envolvidos.

Adentrar a complexidade da vida social moderna passa, necessariamente, por um exercício de observar o dinheiro enquanto instituição e reconhecer o papel que este ocupa. Uma evidência da relevância do assunto é a observação de uma série de movimentos que começaram a surgir, especialmente a partir dos anos 1980, no sentido de criar alternativas às moedas nacionais. As moedas sociais de base local são uma categoria dentre tantas moedas complementares que eclodiram pelo mundo. Atualmente, é possível encontrar, no Brasil, 103 moedas sociais, reconhecidas pelo Banco Central, criadas e coordenadas por movimentos da sociedade civil. Tais manifestações surgem, comumente, como expressão de lutas contra a marginalização dos territórios em que estão presentes (BÚRIGO, 2002; RIGO 2014; BORGES, 2010). Evidencia-se, portanto, um aspecto para além do econômico que permeia as práticas e a própria constituição de tais moedas.

Ao reconhecer que a teoria econômica não basta para o entendimento dos muitos emaranhados de relações que, de formas distintas e em diferentes sociedades, estão por trás do dinheiro – tornando-o ora um artifício entre outros para a realização das trocas como no

passado, ora o denominador comum de todas as trocas como na modernidade –, é que o presente trabalho busca aproximar-se da compreensão da moeda como instituição social, que é instrumento de troca e reserva de valor, mas que também carrega riqueza, poder, moralidades e medeia relações entre coisas e pessoas.

Parte-se da hipótese de que há sociabilidades exprimidas atrás da moeda, ou que se expressam pela moeda, que são, entretanto, veladas nas relações econômicas próprias do capitalismo. Espera-se demonstrar que a moeda social é uma manifestação que revela, mais perceptivelmente, atribuições amplas da moeda e, por isso, é o objeto de estudo escolhido desta monografia. Por ser própria de comunidades, torna-se necessário observá-la dentro de um contexto específico, atrelada a pessoas concretas e às lutas próprias do lugar. Tal é o caso da moeda social Palmas, no Ceará, criada e gerida pelos moradores desde 2002. Assim, reconhecendo os limites de uma monografia, o exercício aqui proposto é o de **identificar as principais contribuições da antropologia e da sociologia econômica à análise da moeda social Palmas.**

Para realizar o exercício proposto será feita uma pesquisa de caráter qualitativo, apoiada em revisão bibliográfica de autores da antropologia e da sociologia econômica que contribuem para a atualidade da análise das moedas sociais. Segundo Neiburg (2010), a antropologia econômica busca compreender os sentidos que o campo semântico que se desenha em torno da economia possui nas interações de agentes com características e escalas diferentes, como pessoas, grupos ou nações. Por isso, a pesquisa, para o autor, é, basicamente, etnográfica. A principal fonte de dados é a observação de situações de interações, sobretudo em campo, mas também por meio de fontes e documentos escritos. Portanto, a análise do caso Palmas é feita utilizando estudos etnográficos. A apresentação dos autores escolhidos dar-se-á na sequência da estrutura dos próprios capítulos, que são, também, os objetivos específicos deste trabalho.

Assim, o capítulo primeiro ocupa-se de apresentar e elucidar os principais aportes teóricos da economia política (ou do seu maior crítico e seguidor, Karl Marx), da sociologia e da antropologia econômica, ao mesmo tempo em que busca relacionar estes aportes entre si. Marx, mais que perceber a não neutralidade da moeda dentro de um discurso exclusivamente econômico, entende o seu caráter de instituição social. Marx, em sua crítica da economia política, dá um destaque especial ao dinheiro. Sua teoria do valor trabalho parte da

explicitação de como a generalização da mercadoria alcança a terra, o trabalho e o dinheiro, tornando este último o equivalente geral das trocas, o representante por excelência do valor que, além do mais, tende à autonomização. Mas o dinheiro de signo do valor que revelaria ao mundo o caráter de troca social deste (em vez de um atributo natural das coisas que por ele se trocam), vela e, cada vez mais, como mostram Brunhoff e Rigo (RIGO, 2014; BRUNHOFF, 1967), as relações sociais reais.

Marcel Mauss e Karl Polanyi estão entre os antropólogos que beberam da fonte da “Escola Histórica da Economia Política” e que, mesmo recusando o materialismo histórico e dialético marxiano, destacam a importância de observar as sociedades passadas para a compreensão da sociedade moderna. Não cabe aprofundar, aqui, a questão metodológica dos autores, mas é fundamental salientar que, nas análises históricas que abrem mão de uma filosofia focada na análise das contradições internas que configuram o sistema capitalista como uma totalidade em movimento, é comum uma análise filosófica metodológica da divisão da sociedade em esferas (CAMPREGHER, 2002).

Mauss é referido por fornecer aos seus leitores um novo olhar sobre a organização lógica do social: a dádiva, que supera antigos paradoxos das ciências humanas – o holismo e o individualismo. Segundo Martins (2003), a dádiva é o fundamento da sociabilidade e da comunicação humanas. A partir de sua publicação, datada de 1925 e intitulada *Ensaio sobre a Dádiva*, o antropólogo e etnólogo permite a percepção da prática social como uma totalidade simbólica de fluxos e refluxos, expressos no seu conceito de fenômenos sociais totais. Abre-se, a partir daí, caminho para o estudo e para a observação empírica de relações de reciprocidade e solidariedade nas sociedades contemporâneas, embora o autor tenha se dedicado à observação de sociedades arcaicas. Tais princípios são basais na compreensão dos movimentos da Economia Solidária (ES), os quais estão fortemente ligados à constituição das moedas sociais (FRANÇA; DZIMIRA, 1999). Aliás, ao adentrar no Conjunto Palmeiras, bairro onde nasce e circula a moeda social Palmas, lê-se uma placa “Bem-Vindos ao bairro da Economia Solidária” (RIGO, 2014). Tais pontes entre dádiva, ES e moeda social serão apresentadas nos capítulos seguintes, a partir das análises de pesquisadores atuais que inserem Mauss na pauta da ES.

O húngaro Karl Polanyi é um dos antropólogos – mas também historiador e economista – mais relevantes do século XX. Sua pesquisa está inserida neste contexto,

primeiramente, por ser relevante à observação de instituições que, nas diferentes sociedades, tiveram por papel administrar o conflito permanente entre a emergente racionalidade econômica (impessoal, de mercado) e as outras racionalidades de sobrevivência das comunidades. Para o autor, a separação da esfera econômica das demais é uma criação histórica recente (POLANYI, 2012). Depois, Polanyi é capital porque esteve especialmente interessado no universo das transações. Contribui para o entendimento de que a moeda é antes social do que econômica e analisa-a conectada a seus contextos e usos, servindo de inspiração a uma série de teóricos atuais que argumentam no mesmo sentido.

Estes dois autores são parte das inspirações teóricas para o movimento da Nova Sociologia Econômica (NSE), área das ciências humanas que se baseia na ideia de que economia e sociedade são mutuamente enraizadas e desafia a naturalização dos arranjos econômicos, como se estes fossem processos naturais e necessários (VINHA, 2001; ZELIZER, 2005). Mark Granovetter é um expoente da NSE e, buscando compreender a relação entre as estruturas econômica e social, defende que os mercados são construídos socialmente e que o enraizamento do econômico no social dá-se através de redes sociais entre atores.

Essas redes em que ocorrem as ações econômicas – que são ações sociais para Granovetter – criam a confiança compartilhada necessária para a realização das interações entre os indivíduos. Juntando a noção de dádiva de Marcel Mauss e a ideia das redes sociais (de interação e cooperação) de Granovetter, Caillé (2009) sugere que a criação e a manutenção das redes de confiança acontecem em um sistema de dádivas e contra-dádivas. Em outras palavras, as relações sociais em redes são relacionamentos por meio da dádiva. Tais autores, assim, assumem ainda mais relevância neste trabalho uma vez que, os limites da moeda social chegam até onde as redes de confiança dos indivíduos que atuam em sua transação alcançam (SOARES, 2006).

Em seguida, faz-se relevante compreender o que são moedas sociais a partir de uma breve apresentação histórica e de definições conceituais. Podem-se constatar, no conjunto da literatura da ES e das moedas sociais, as ideias dos autores mencionados anteriormente, como Granovetter, Polanyi e Mauss. Assim, abre-se a possibilidade para a discussão de alternativas monetárias tendo como base as visões a respeito de laços e relações sociais, da imersão

econômica na sociedade e da pluralidade de comportamentos humanos e de modelos organizacionais socioeconômicos.

Entra-se, desta forma, no caso Palmas, por ser o experimento mais relevante no agregado do território brasileiro. Faz-se necessário, pelos motivos apresentados anteriormente, entender seu histórico de lutas e contradições para, por fim, analisar os limites e alcances da moeda social Palmas à luz dos teóricos previamente apresentados. A compreensão atenta do caso Palmas é feita, neste trabalho, através do apoio de pesquisa etnográfica realizada de janeiro de 2012 a novembro de 2013 pela pesquisadora social Ariádne Rigo para conclusão de sua tese de doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia.

Por fim, o trabalho é concluído de forma aberta, ou seja, preocupa-se mais em apontar os desdobramentos das questões discutidas do que repetir os argumentos desenvolvidos ao longo da pesquisa.

2 AS PRINCIPAIS VISÕES DA ECONOMIA E DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA SOBRE O DINHEIRO COMO SIGNO DE SOCIABILIDADE

Há o entendimento de que existe uma “fábula” acerca da gênese da moeda, cuja história resume-se em creditar à evolução do escambo, dada a complexidade das trocas, a necessidade de um instrumento que tornaria as transações mais “justas” e cômodas (AGLIETA e ORLEAN 1990). Na “fábula”, este meio de troca – a moeda – tornou-se um mecanismo para expressar os valores das coisas, sendo possível, ainda reservá-la para trocas futuras. Para alguns autores, especificamente da abordagem antropológica da economia, essa é a origem da moeda moderna, de mercado, mas não é a origem da moeda em si, como prática e como instituição (AGLIETTA e ORLEAN, 1990; CAILLÉ, 2002; ZELIZER, 2005). Da mesma forma que a gênese da moeda é mais complexa e múltipla do que aparenta ser, também é sua relevância na modernidade.

O presente capítulo faz um apanhado dos autores e conceitos julgados essenciais na construção lógica da hipótese sustentada neste trabalho, a de que existe uma sociabilidade¹ por trás da moeda, ou seja, a compreensão de que a moeda é instituição social que carrega qualidades (morais, simbólicas) próprias do grupo que a legitima. Parte-se da compreensão de que a moeda, em diferentes sociedades, sempre assumiu este papel, variando apenas os graus e formas como esta característica é velada/revelada.

2.1 O DINHEIRO QUE VELA A SOCIABILIDADE HUMANA: A TEORIA DO VALOR DE MARX

A teoria do valor-trabalho não é uma teoria de preços trans-histórica (como é o caso da teoria do valor-utilidade). O trabalho que é medida de valor espelha o próprio devir histórico do capitalismo. Esta teoria explicativa dos preços das mercadorias também não é exclusivamente isto, uma vez que se trata também de uma teoria da exploração e da alienação, uma teoria da dominação de classes portanto. Se, por um lado, para explicar os preços de

¹ A origem etimológica da palavra sociabilidade vêm do latim, e significa 'aptidão para viver em sociedade' ou 'qualidade de uma pessoa sociável'. Para aprofundar recomenda-se a obra *Construção Social da Realidade* dos sociólogos Berger e Luckmann (1978). A obra discute a questão da socialização primária, no seio da família, e a socialização secundária na construção da identidade do indivíduo e da incorporação das instituições sociais e culturais na forma de pensar e agir.

produção e de mercado na esfera aparente da concorrência entre os vários capitais, Marx afasta-se da teoria do valor-trabalho (GRESPLAN, 2011), por outro, esta teoria é fundamental para explicar porque a sociabilidade humana no capitalismo se dá no, e via o, mercado. Ou seja, só no capitalismo os laços sociais ganham uma forma monetária, ou só no capitalismo o mercado torna-se o centro que “amarra” todos os laços; e, se o dinheiro como signo que viabiliza trocas já existia antes dele, é só na sociedade de mercado que o dinheiro vela a natureza social das trocas que viabiliza.

2.1.1 Antes da generalização das trocas mercantis: Marx nas formações econômicas pré-capitalistas

Ao propor uma investigação sobre a gênese do capitalismo, Marx mostra como o dinamismo de generalização da forma mercadoria acelera-se a partir da revolução industrial e toma o mundo inteiro a partir da Europa. Mostra, ainda, que a acumulação primitiva, que teve lugar nesta Europa pioneira às custas de muita violência, teve de romper com formas de sociabilidade que incluíam relações comunais de uso e posse da terra remanescentes de tempos pré-feudais. Daí Marx começar o texto das *Formações Econômicas Pré-capitalistas* dizendo que:

Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro — não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação — dos meios e do material do trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural — significa a dissolução tanto da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra assentada sobre a comuna oriental. (MARX, 1985, p.65).

O que se quer destacar aqui é que o mais importante da teoria do valor de Marx é marcar a natureza da mudança que tem lugar quando se passa ao trabalho livre – do laço com as condições naturais (com a terra, fundamentalmente) – pré-requisito para o seu

“aprisionamento” pelo assalariamento. O que fica patente, na análise das “formações pré-capitalistas”, é que o trabalho não era livre, era “amarrado”, e não apenas às condições materiais (terra e instrumentos de trabalho), mas às condições sociais, do mesmo modo como aparecerá mais tarde nos trabalhos dos antropólogos (MAUSS, 1973; POLANYI, 2012). O indivíduo mesmo não aparece como distinto do grupo social, ele não aparece na condição de proprietário de coisa alguma, nem a sua manutenção é passível de ser separada da do grupo. A “posição do indivíduo como trabalhador, em sua nudez, é propriamente um produto histórico” (MARX, 1985, p.66). A comunidade é primeira e seus laços, por mais que não sejam objeto direto da investigação marxista, estavam ali com seu lugar destacado, pois:

[...] a maneira como esta comunidade original se modifica vai depender de várias condições externas — climáticas, geográficas, físicas etc, bem como de *sua constituição específica, isto é, de seu caráter tribal*. A comunidade tribal espontânea ou, se preferimos dizer, a horda (*laços comuns de sangue, língua, costumes, etc*) *constitui o primeiro passo* para a apropriação das condições objetivas de vida, bem como da atividade que a reproduz e lhe dá expressão material. (MARX, 1985, p.66, grifos da autora).

Quanto ao dinheiro, e, mais ainda, a sua acumulação em capital, por mais que sua existência material seja antiga, nunca, no passado, foi hegemônica, dando, pois, lugar a esse desenvolvimento. Daí que no passado:

A riqueza não constituía o objetivo da produção, embora Catão pudesse ter investigado os mais lucrativos métodos de cultivo, ou Brutus pudesse, até, ter emprestado dinheiro à taxa mais favorável de juros. A pesquisa, sempre, era sobre qual o tipo de propriedade que geraria os melhores cidadãos. A riqueza, como um fim em si, surgiu somente entre uns poucos povos comerciantes — monopolizadores do comércio do transporte — que viveram nas franjas do mundo antigo, como os judeus na sociedade medieval. A riqueza, por um lado, era um objeto materializado em objetos, em produtos materiais, de certa forma contraposta ao homem, como um sujeito. Por outro lado, na qualidade de valor, se constituía simplesmente no direito de comandar o trabalho de outras pessoas, não com propósitos de domínio mas de prazer pessoal, etc. Em todas as suas formas, mostrava-se sob a forma de objetos, seja de coisas ou de relações por meio de coisas, que se situam fora

do indivíduo e, por assim dizer acidentalmente, junto a ele. (MARX, 1985, p.80).

Portanto, é só com a generalização das trocas mercantis, quando o trabalho e a terra tornam-se mercadorias e o dinheiro, signo geral das trocas e da acumulação de valor, é que o dinheiro torna-se capital, objetivo em si da produção, e a sociedade subjuga-se à economia. Mas as dimensões de sociabilidade subjugadas não desaparecem simplesmente sob a capa da mercadoria. De fato, essa “cobertura” nunca é completa ou perfeita, por maior que seja a tendência do capitalismo em mercantilizar toda e qualquer relação. Além de populações inteiras serem por vezes excluídas das relações mercantis, aqui e ali as contradições próprias do capitalismo exigem remendos, e os trabalhadores organizados conseguem fazer valer direitos que o mercado e o dinheiro desconhecem. (POLANYI, 1980).

2.1.2 Sociabilidade por trás dos preços em *O Capital*

O aprofundamento das análises sobre as várias dimensões da sociabilidade humana serão a justificativa da própria criação da antropologia, sociologia e etnografia posteriores a Marx e algumas das teorias que estas ciências desenvolveram serão objeto das seções a seguir deste trabalho. Nesta seção, segue-se mostrando como o caráter social das relações de troca entre os homens não desaparece totalmente no dinheiro e nos preços, do que decorre a importância da análise do valor-trabalho no capítulo 1 de *O Capital* (2011).

Neste capítulo, Marx traz à luz o primeiro proponente da discussão sobre valor: Aristóteles. Reconhece ele que é a relação de valor que determina a igualdade 5 camas = 1 casa, que não se distingue de 5 camas = tanto dinheiro. Nesta equação, Aristóteles reconhece que a forma dinheiro é apenas a forma desenvolvida da forma mais simples de valor. O filósofo estanca, entretanto, na incompreensão do que é o valor, ou na impossibilidade de fazê-lo, uma vez que, segundo Marx, não poderia, em sua época, reconhecer como iguais trabalhos humanos que não o eram. A teoria do valor-trabalho tal como apresentada só é possível na análise de uma sociedade capitalista. Aristóteles fala da “ausência do conceito de valor” e Marx (2011, p.81) complementa: “[...] é que a sociedade grega repousava sobre a escravatura, tendo por fundamento a desigualdade dos homens e de suas forças de trabalho[...]”. A descoberta do valor só é possível “[...] numa economia em que a mercadoria é

a forma geral do produto do trabalho e em consequência, a relação dos homens entre si como possuidores de mercadorias é a relação social dominante.”.

Entendendo-se a dimensão histórica, portanto, tem-se que a riqueza, nas sociedades capitalistas, aparece como uma enorme coleção de mercadorias. É com esta afirmativa que Marx inicia sua investigação em *O Capital*. Harvey, professor de pós-graduação na Universidade de Cuny e estudioso da obra de Marx, destaca (2013, p.25), já nas primeiras linhas do livro *Para entender o Capital*, a forma como Marx utiliza o termo **aparece**: “[...]‘aparece’ não é o mesmo que ‘é[...]’”, ou seja, uma “[...] coisa diferente acontece por trás da aparência superficial[...]”. Marx, nesta obra, não está interessado no porquê das necessidades dos homens satisfeitas nas trocas de mercadorias, mas algo anterior à elas, no fato de que pessoas comprem mercadorias e este ato está na base do modo como os homens vivem nessa sociedade.

O Capital é uma obra que se ocupa em analisar a sociedade capitalista e, nela, a utilidade de uma mercadoria é seu valor de uso, e essa é apenas uma das formas que essa mercadoria assume. Quando olhamos para os processos de troca, vemos diversos itens intercambiáveis, diversas mercadorias que trocam de mãos e que se movimentam nesse sistema de trocas. Vê-se, nesse sistema, que os valores válidos das trocas expressam uma igualdade e que os valores de troca são, nada mais do que a expressão desse valor, “[...] a forma de manifestação de um conteúdo que dele pode ser distinguido.” (Harvey, 2013, p.27).

Entende-se que, quando uma mercadoria troca de mãos, não só ela expressa seu valor de uso (aquilo que diz respeito às suas próprias qualidades), como algo comum a todas as mercadorias, aquilo que é comensurável. Portanto, cada mercadoria, na medida em que é valor de troca, tem de ser redutível a esta terceira coisa, como já havia notado o próprio Aristóteles na equação de valor acima descrita. Assim, Harvey (2013, p.27) auxilia-nos na compreensão de que as mercadorias, enquanto valores de uso, são “[...] de diferentes qualidades; como valor de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum valor de uso.”. Resta às mercadorias uma única qualidade comum identificada por Marx: a de serem produtos do trabalho humano em abstrato.

Este trabalho humano, ao qual se refere Marx, difere daquele identificado por Ricardo, o qual dizia respeito unicamente ao tempo. Em *O Capital*, a medida de valor é o trabalho socialmente necessário. Ou seja, não é aquele trabalho produzido exclusivamente no

estabelecimento de determinado indivíduo, mas aquele ao qual se referem os diversos trabalhos frente às condições socialmente normais e com certo grau social médio de intensidade e destreza. Portanto, o valor é fruto de uma relação social de troca de mercadorias, que só pode existir quando esta relação torna-se socialmente hegemônica. Desta forma, para compreender por quem e como é determinada a estrutura de valor fundadora de uma sociedade (capitalista), Marx “[...] insiste que temos que entender o que são os valores das mercadorias e as necessidades sociais que os determinam.” (HARVEY, 2013, p.31).

Até aqui, entende-se que a mercadoria, singular, possui aspecto dual: valor de uso e valor de troca; essa dualidade permite que ocorra a definição de valor: o trabalho socialmente necessário. E é a este que o valor de uso de uma mercadoria serve de suporte. Cabe lembrar que nem tudo que tem valor de uso tem valor e nem tudo o que tem trabalho humano e é útil é, necessariamente, mercadoria. Muitas atividades laborais são realizadas à margem da produção de mercadorias. Em suma, uma mercadoria necessita ser não só valor de uso, mas valor de uso para outrem, bem como necessita ser vendida em algum lugar. Na narrativa de Marx, os três conceitos (valor, valor de uso e valor de troca) estão em uma relação contínua e é justamente a relação entre eles que importa.

Na abordagem do *O Capital* (MARX, 2011), o valor é fruto não das relações dos homens com as coisas e sua utilidade na vida social, mas da própria relação entre os homens, isto é, das relações sociais. O valor é produto das relações sociais que se estabelecem na atividade econômica e só pode ser medido pelo dispêndio de trabalho produtivo gasto na atividade econômica. Este é o cerne da teoria valor-trabalho.

O primeiro destaque a ser feito para fins de construção do argumento deste trabalho é a concepção oferecida por esta teoria de que não é possível considerar a existência do valor dissociado de uma sociedade e da relação homem-trabalho/homem-homem. Como destaca Singer (1975, p.14), a atividade econômica, na teoria valor-trabalho, é “essencialmente coletiva” e decorre da divisão social do trabalho – o ator de teatro só pode desempenhar sua atividade produtiva na medida em que existe o motorista de ônibus, o agricultor, o médico etc. Assim, o valor é produto social, da atividade conjunta da sociedade, que pode ser medido pelo tempo de trabalho social investido no produto final. O caráter social do valor é explicitado pela possibilidade de equiparação de produtos de trabalhos concretamente diversos, como a do entretenimento cênico a passagens de ônibus. Esta equiparação só é possível se se admitir

haver uma substância comum entre produtos que são de naturezas distintas. E o que há de comum é o fato de serem produtos de um mesmo trabalho social.

A dicotomia valor de uso e valor de troca permite, na investigação da obra, a compreensão do conceito unitário de valor (o trabalho humano, entendido como o tempo de trabalho socialmente necessário). Deste, duas formas de trabalho são reveladas, adicionando um aspecto dual ao trabalho: o trabalho concreto (efetivo, que confere o aspecto do valor de uso) e o trabalho abstrato (socialmente necessário, fundamento do valor) (HARVEY, 2013; SINGER, 1975).

Na narrativa de Marx, a troca de mercadorias faz com que exista a conversão dos trabalhos concreto e abstrato e, desta dualidade, desdobra-se uma outra, a dualidade das formas relativas e equivalentes de valor: essas duas formas de valor são reunidas na mercadoria-dinheiro, que funciona como equivalente universal frente às outras mercadorias. Com essas relações e desdobramentos, Marx objetiva explicar a origem da forma dinheiro, com ressalvas:

Compete, aqui, realizar o que jamais foi tentado pela economia burguesa, a saber, provar a gênese dessa forma-dinheiro, portanto, seguir de perto o desenvolvimento da expressão de valor contida na relação de valor das mercadorias, desde sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma-dinheiro. Com isso, desaparece, ao mesmo tempo, o enigma dinheiro. (MARX, 2011, p.125).

O valor relativo de uma mercadoria (a) é expresso em termos de valor (trabalho incorporado) de uma outra mercadoria (b) detida por outrem. Ou seja, a mercadoria (b) é a medida de valor da mercadoria (a). Invertendo a relação, a mercadoria (a) pode ser vista como equivalente à mercadoria (b). Em sociedades mais simples (ou mistas), em situações de escambo, todos os indivíduos que detinham uma mercadoria possuíam algo com valor relativo e estavam à procura de seu equivalente em outras mercadorias. O ato da troca para Marx terá sempre este caráter duplo, de equivalentes e relativos, no qual a mercadoria equivalente figura como incorporação do trabalho humano abstrato. A dualidade do valor de uso e valor, até então interiorizadas na mercadoria, acaba sendo representada por uma oposição externa, entre uma mercadoria que é um valor de uso e outra que representa seu valor na troca (MARX, 2011). Em um terreno complexo de trocas, produz-se uma forma desdobrada do valor, a qual

se converte em uma forma universal, e que se cristaliza por fim em um equivalente universal: uma mercadoria que desempenha o papel exclusivo de mercadoria-dinheiro.

Chega-se, portanto, ao argumento principal dessa seção, na medida em que a mesma busca investigar a sociabilidade velada pelo dinheiro na teoria marxista. O valor em si, diferentemente das mercadorias que o expressam, não possui forma corpórea, não é algo tangível. E, no entanto, possui, como aquelas, objetividade. O valor é objetivo na medida em que é produto de relações sociais objetivas.

[...] apenas na medida em que são expressões de uma mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social, e por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias. (MARX, 2011, p.125)

Isto significa que, ainda que imaterial, o valor é objetivo: “O valor é uma relação social, e não podemos ver, tocar, ou sentir diretamente as relações sociais; no entanto, elas têm uma presença objetiva. É preciso, portanto, examinar com cuidado essa relação social e sua expressão.” (HARVEY, 2013, p. 41).

Esta argumentação é central porque o valor, sendo imaterial, exige um meio de representação (objetivo), a forma-dinheiro, que confirma seu aspecto fantasmagórico: a relação social com as atividades laborais dos demais trabalhadores é dissimulada numa relação com as coisas. Quando se compra a mercadoria (a), não se sabe quem a produziu ou como foi produzida. Harvey (2013) destaca que Marx não estava tão preocupado, nesse momento de sua teoria, com as implicações morais disto, mas, sim, em mostrar como o sistema de mercado e a forma-dinheiro velam relações sociais reais por meio das trocas.

Resta evidente que, para além de uma obra de economia, Marx desenvolve sua análise a partir de uma abordagem que permite um ponto de vista sobre a totalidade. O autor tem como objetivo reconstruir os principais determinantes da vida social humana – dentre os quais mercadoria, valor, riqueza, dinheiro, entre outros – e, sobretudo, conceituar estes determinantes sociais, não como simples fatos econômicos, mas como categorias que expressam relações sociais histórico-concretas, o modo pelo qual – numa determinada etapa de sua evolução – os homens dominam a natureza e criam novas e cada vez mais complexas formas de sociabilidade (COUTINHO, 2011). É justamente desta totalidade e sociabilidade

mencionada por Coutinho (2011) no prefácio do *O Capital*, de determinado tipo, formato e grau, que segue esta investigação acerca daquilo que existe por trás do signo dinheiro.

Antes de entrar, portanto, na concepção de Marx acerca do dinheiro e a identificação, por parte do autor, da não neutralidade da moeda, faz-se prudente uma ressalva quanto à escolha de Marx e a não utilização de Keynes. O principal argumento, para além do afastamento evidente do autor com o arcabouço teórico deste trabalho que busca um diálogo com a sociologia e a antropologia econômica, está o fato de que o mesmo, apesar de concordar com Marx em alguns aspectos acerca do papel de uma política monetária (PAIVA, 1994) não se propõe a aprofundar a discussão da origem da moeda e suas funções para além da moeda de mercado – esforço este que é reconhecidamente a tese central de Polanyi sobre moedas que será abordado nos capítulos seguintes, e o qual Marx faz em parte do *O Capital*.

2.1.3 Sociabilidade e dinheiro precisamente

Quanto à investigação monetária, observa-se de que tal o pensamento é encontrado de modo fragmentado na obra de Marx, e por isso, às vezes, desconhecido (BRUNHOFF, 1967; MOLLO, 1991). Brunhoff fez o importante esforço de sintetizar as principais contribuições do autor, mostrando que Marx, “[...]avançou mais que a maioria dos seus contemporâneos, pois faz relações com o capitalismo e com o sistema de crédito e destes com a conjuntura de sua época.” (RIGO, 2014 p. 100). Retomando, portanto a discussão da moeda em Marx, recorda-se que a preocupação do autor quanto ao valor é, sobretudo, desvendar a relação fundamental em uma economia mercantil, a qual o autor expressou em termos de relação social (MOLLO, 1991).

O trabalho, como já elaborado, é socializado, mas a forma pela qual este processo é reproduzido, é regulado de forma indireta, não pela própria sociedade, mas via troca, sob a utilização da moeda. Nessas condições, a “[...] equalização, a repartição e a socialização dos trabalhos através da troca implicam que as características concretas dos trabalhos sejam abstraídas e que os produtos do trabalho tornem-se equivalentes por meio de mecanismos de mercado.” (MOLLO, 1991, p.43).

A equalização entre os trabalhos privados só pode se dar na circulação dos produtos de seus trabalhos, que devem encontrar, no mercado, a validação social final. Pertence, assim, à

circulação, ao confronto das mercadorias no mercado, a determinação da forma final da grandeza de seus valores. Este valor, além de ter conteúdo (valor), assume uma forma, sempre relativa, a do valor de troca. O valor de troca pode aparecer de diversas formas, o que evidencia o caráter representativo do valor no valor de troca. De acordo a autora, o desenvolvimento da produção de mercadorias implicará na necessidade de uma forma universal de valor, tornando fundamental a aparição da moeda. Marx mostrou que apesar de assumir formatos diferentes, o valor das mercadorias é o mesmo, e tende a refletir, em outro valor, o seu próprio. O equivalente geral a moeda, é então “[...]a forma comum daquilo que é comum. É a objetivação do trabalho abstrato[...]” (MOLLO, 1991, p.43).

Em suma, “[...] a moeda aponta o que é comum a todas as mercadorias no momento da confrontação dos valores.” (RIGO, 2014, p. 302). É neste momento de confronto (mercadoria – moeda – mercadoria) que o caráter social da produção de apresenta e se legitima, validando socialmente os produtos dos trabalhos. Por isso as autoras, Brunhoff (1967) e Mollo (1991), observam o caráter de **validador social dos trabalhos privados** contido na moeda. Tal caráter, para Marx (2011), não invalidaria seu caráter também mercantil, mas torna a moeda uma mercadoria especial:

A própria moeda, enquanto mercadoria em Marx passa por um processo de validação social ou socialização ou de reconhecimento do equivalente geral. Este é um processo permanente de reconhecimento social da moeda. Sendo assim, dinâmicas monetárias nascem mas não são eternas. (MOLLO, 1993, p.66).

Para Brunhoff (1967), o que há em Marx é uma teoria do financiamento da acumulação, dentro de uma economia monetária. De acordo com a autora, Marx elabora primeiramente, uma determinação da moeda em função das condições de produção capitalista, e depois, avança para uma forma específica de moeda (o crédito), que funciona como fio condutor ao estudo do financiamento do capitalismo. Sendo assim, as análises do financiamento do capitalismo conservam as definições de moeda e de valor: “Marx atribui a moeda características que a tornam irredutíveis às mercadorias, mas mostra que sua origem está na mercadoria e nas relações de equivalência que se estabeleceram.” (RIGO, 2014, p.300).

As funções da moeda, em Marx, se apresentam primeiro como instrumento de troca e instrumento de circulação e depois na função entesouramento (reserva de valor). Para Brunhoff (1967, p.34), em sua interpretação da teoria de Marx, tais funções implicam no valor da moeda, isso porque “[...] atrás de um conjunto de transações simultâneas, alguma coisa se produz, uma acumulação de moeda dentro de tesouros particulares[...]”. No entesouramento, “[...]a moeda deixa de ser, provisoriamente, um fluxo social para se tornar objeto de apropriação privada[...]”. Observa-se que as “[...] funções da moeda estão estreitamente ligadas ao seu valor e, após esse movimento, o seu valor garante suas funções.” (RIGO, 2014, p.302).

É, portanto, ao compreender novos elementos da sociedade capitalista, que Marx encontra novas funções para a moeda. Antes, a forma capital-dinheiro é apenas uma forma de comprar meio de produção e pagar salários, mas com o desenvolvimento de um sistema de crédito apropriado às necessidades da produção capitalista, surge o comércio do dinheiro. Esse “capitalismo financeiro” é diferente da moeda (BRUNHOFF 1967; RIGO 2014; MOLLO 1991). A moeda crédito, por exemplo, deriva de créditos emitidos pelos bancos. Para Marx, a moeda crédito é completamente distinta do ouro, entretanto, quando entra em circulação sob as leis monetárias, se torna também moeda: começa como não moeda, mas assume todas as funções de moeda no momento em que circula; assume aspectos próprios (meio de circulação e instrumento de entesouramento): “A moeda de crédito obedece às leis gerais da circulação monetária; ela só é moeda enquanto ela circula, mas não circula toda inteira e sem parar.” (BRUNHOFF, 1967, p. 48).

Retomando então a concepção de moeda como equivalente geral, parte-se da análise de Marx da moeda-ouro. Na análise de Mollo (1991), o papel equivalente da moeda-ouro é sustentado, de um lado, por seu valor intrínseco (decorrente de um processo de trabalho constituinte de uma fração de outros trabalhos da sociedade), e de outro, pelo seu caráter social, fundamentado na aceitação do ouro como equivalente geral. A autora argumenta que, o que sustenta e permite a reprodução do ouro como equivalente geral é seu reconhecimento social como tal. Para tanto, fez-se necessário excluir o ouro do conjunto das mercadorias e elegê-lo como equivalente geral, num processo social. A partir dessa compreensão, a questão levantada é:

Se, no caso da moeda-mercadoria-ouro, com cunhagem livre, a lei do valor

se impõe pela conversão das mercadorias em moeda equivalente geral, reconhecida socialmente e então tornando-se imediatamente social, pelo processo acima descrito, como se coloca esta questão, para a moeda de curso forçado, inconversível, sem valor intrínseco? (MOLLO, 1991, p. 53).

Nota-se que a complexidade do processo aumenta na medida em que as formas de moeda se modificam. Para a autora, a teoria de Marx sustenta que, no caso das moedas de curso forçado, seu reconhecimento dá-se na capacidade que estas têm de permitir a reprodução da economia, refletindo as condições sociais médias de produção. Esta perda de valor intrínseco, para Mollo (1991), é tratada parcialmente em Marx, quando o mesmo estuda as funções da moeda como equivalente geral. Segundo o autor, como medida de valor, a moeda só é empregada como moeda ideal, e, como meio de circulação, é necessário somente “[...] que o símbolo do dinheiro tenha a validade social própria do dinheiro, e esta adquire-a o papel que o simboliza, através do curso forçado.” (Marx, 1973 *apud* Mollo, 1991, p.53). Ou seja, o papel moeda, que não possui valor intrínseco, acha sua legitimação enquanto símbolo do dinheiro, mas acaba não sendo somente símbolo; assume o papel que simboliza.

Viu-se que, na abordagem de Marx, o econômico domina diretamente as outras esferas da vida humana. O autor busca compreender como a moeda torna-se mercadoria, passa a representar uma nova noção de valor e desempenhar novos papéis. Sua investigação sobre valor leva a uma noção de equivalência, que permite equiparar mercadorias distintas e estabelecer relações de valor entre estas. A partir disso, a moeda passa a significar um equivalente geral, que monopoliza a representação dos valores das coisas (RIGO, 2014) e que evidencia o processo de acumulação, indicando a não neutralidade da mesma (BRUNHOFF, 1967). A mercadoria-dinheiro, por fim, vela, cada vez mais as relações sociais reais, afastando, aparentemente, as dimensões social, política e simbólica da econômica.

Tais contribuições serão melhor associadas ao objetivo deste trabalho à medida em que avança-se nas contribuições da sociologia e da antropologia econômica, e em seus estudos sobre moedas. Mauss é uma escolha evidente nessa investigação por apresentar uma forma de organizar o social que supera velhos paradoxos das ciências humanas e oferece aos leitores um novo olhar: o dos **fenômenos sociais totais**.

2.2 DAR, RECEBER E RETRIBUIR COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL: A TEORIA DA DÁDIVA EM MARCEL MAUSS

Marcel Mauss é antropólogo e etnólogo e surge no contexto deste trabalho também pela sua significativa contribuição à sociologia. Ao lado de Durkheim, seu tio, foi grande aficionado da revista *L'Année Sociologique*, fundada em 1888. Juntos, e ao lado de outros grandes nomes como François Simiand, fizeram parte do grupo que construía um novo paradigma para a sociologia, com publicações de destaque nas primeiras décadas do século XX. Esta nova sociologia econômica, da qual participaram ativamente os autores apresentados nesta secção e na próxima, são centrais na busca pelo pensamento sociológico e antropológico dos fatos econômicos.

2.2.1 As trocas baseadas na obrigação de dar e receber

Mauss foi o principal sistematizador da teoria da dádiva em sua publicação original, datada de 1923-24, *O Ensaio sobre a dádiva* cuja tese central residia na compreensão de que a dádiva é o fundamento da sociabilidade e comunicação humanas, presente e institucionalizada de diferentes formas em várias sociedades e direitos por ele analisados. O argumento da obra reside na compreensão de que a dádiva é o que produz alianças matrimoniais, religiosas, econômicas, jurídicas e de outras esferas da vida social, todas imbricadas umas nas outras (MARTINS, 2003).

A discussão acerca da teoria da Dádiva retorna aos campos de estudo na medida em que emergem novas manifestações organizacionais sociais compreendidas dentro da Economia Solidária (ES). A dádiva, enquanto sistema organizativo do social, permite compreender o quê destas sociedades passadas permanece na sociedade moderna e, ainda, oferece *insights* acerca destes movimentos globais emergentes (FRANÇA; DZIMIRA, 1999). A obra de Mauss é resgatada especialmente a partir de 1981, por Alain Caillé. Cabe frisar que sua teoria carrega forte concepção antiutilitarista, tais como os trabalhos de Durkheim, Marx e Weber, todos essenciais à Mauss (CAILLÉ, 2009). O contraponto teórico ao utilitarismo foge ao escopo deste trabalho, embora sirva como pano de fundo na investigação da sociabilidade por trás do dinheiro.

A teoria da dádiva é expressão do desafio de duas grandes forças teóricas nas ciências humanas, a do interesse e da razão instrumental – que prioriza o indivíduo e aparece sob vários nomes: teoria da escolha racional, *homo economicus*, individualismo metodológico; e a das diversas formas de holismo – que priorizam a totalidade sobre o indivíduo. Por um lado, têm-se a interpretação das relações humanas como determinadas pelo interesse individualista. De outro, acredita-se que a ação do indivíduo é determinada pelas estruturas sociais. Percebe-se, assim, um aparente paradoxo, de duas ações claras e distintas entre si: o interesse e a obrigação (MARTINS, 2003; MOTA, 2002). Este paradoxo é superado pela teoria da dádiva, segundo a qual não se pode compreender a ação do indivíduo como puramente individual ou social. Como sustenta Caillé (2009), interesse e obrigação são momentos distintos de um mesmo ciclo: o ciclo da dádiva.

A obra trata de um tipo de contrato e troca, comum nas sociedades arcaicas por Mauss estudadas (Polinésia, Melanésia, Noroeste americano, e alguns grandes direitos, como por exemplo o Maori), feitos sob forma de presentes, teoricamente voluntários, mas em realidade obrigatoriamente dados e retribuídos. A tripla obrigação dar, receber, retribuir constituía regra basilar de tais sociedades. Dos fatos sociais totais por ele vistos, o autor analisa um traço profundo, mas isolado, qual seja, o caráter livre e obrigatório das prestações econômicas. Elas assumiam quase sempre a forma de regalo, de presente, e carregavam consigo obrigação e interesse econômico. Em um recorte mais aprofundado, Mauss propõe-se a estudar os diversos princípios envoltos nessa forma necessária de troca e questiona: “[...] que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua?” (MAUSS, 2003, p. 188).

Observa-se que não existiam simples trocas de bens, riquezas e produtos em um mercado estabelecido entre os indivíduos. Primeiramente, porque o que existiam eram coletividades (não havia a noção de indivíduo), que se obrigam, trocam e contratam. As “[...]pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias[...]” (MAUSS, 2003, p.190) que se enfrentam frente à frente e/ou por intermédio de um chefe. Tais trocas são mais amplas do que bens, são amabilidades, serviços militares, mulheres, feiras, dos quais o mercado é tão somente um momento e o contrato, muito mais geral e permanente. Estas trocas, ainda que voluntárias, carregam obrigatoriedade, sob pena de gerarem guerras privadas ou públicas. A esse conjunto o autor chama de **sistemas de prestações totais**.

Nestas sociedades pré-capitalistas, não havia a capacidade de abstrair conceitos

jurídicos e econômicos e, tampouco, havia necessidade de o fazer, uma vez que a tribo/clã/família não sabia dissociar-se de si próprios nem de seus atos. As vidas material e moral funcionavam, ao mesmo tempo, de forma desinteressada e obrigatória. A obrigação exprime-se de maneira simbólica e coletiva. Os bens dados, aceitos e devolvidos no âmbito da reciprocidade não possuíam, na maioria das vezes, valor utilitário. Valiam como símbolos que criavam e nutriam as relações sociais que representavam, fazendo circular entre os diferentes clãs a dádiva (CAILLÉ, 2009). Ou seja, a permanência da influência das coisas trocadas tem importância simbólica para a vida social dessas coletividades, que estão imbricadas umas nas outras, como se a todas devessem.

Portanto, a força que induz o donatário à retribuição da coisa dada é o sentimento de necessidade de manutenção dos vínculos sociais, que reside especialmente no aspecto simbólico e total da coisa. Para Godbout (1992), há um sentimento de endividamento mútuo positivo, que faz com que cada ator que participa da tríplice ação dar – receber – retribuir, desenvolva um sentimento de obrigatoriedade na manutenção dos vínculos sociais. Mauss (2003, p.212) chega, sobre as trocas, à seguinte compreensão: “[...] trata-se no fundo de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca.”.

Salienta-se que os interesses, no sentido utilitário, não são inexistentes nas relações de troca estudadas pelo autor. O que se argumenta é que eles não são únicos nem sobressaem em relação aos demais. O que sobressai é o desinteresse, que, na linguagem da dádiva, significa necessidade de se associar ao outro, de construir aliança, de querer se vincular (RIGO, 2014). Percebeu-se que as coisas dadas possuíam um espírito, e a coisa a ser trocada era uma propriedade-talismã, um objeto de compensação. Observou-se, através da obrigatoriedade da troca, que a coisa recebida não é inerte, o que ajuda a compreender um sistema de fenômenos sociais totais. A teoria geral da obrigação demonstra haver um vínculo pelas coisas, tal qual em Marx. Compreende-se que aceitar alguma coisa de alguém é, neste sistema de ideias, aceitar sua natureza e substância, algo de essência espiritual, ou seja, algo que não é inerte. A Dádiva, embora paradoxal – à medida em que admite a obrigação e a liberdade, o interesse e o vínculo social – permite uma análise mais abrangente, ao compreender a prática social como uma totalidade “[...] simbólica de fluxos e refluxos de bens e serviços que são prestados

sem garantias de retorno, pois o objetivo maior da ação não é o ganho, mas a geração do vínculo social.” (MARTINS, 2003, p.11). Por isso, é fundamental compreender o conceito de **fato social total** na teoria maussiana.

2.2.2 O Fato social total

A totalidade social inclui o conjunto de fatos complexos, as “coisas sociais” em movimento e entranhadas que constituem a vida dessas sociedades. São fenômenos sociais totais por exprimirem instituições religiosas, jurídicas, morais e econômicas, sem haver qualquer hierarquia prévia que “[...]justifique uma economia natural que precederia os demais fenômenos sociais.” (MARTINS, 2005, p.46). A totalidade observada por Mauss não desaparece na sociedade moderna, ainda que, aparentemente, exista uma separação entre as esferas social, econômica, religiosa, moral, etc. como será observado por Polanyi na sessão seguinte.

Mauss, para Martins (2005), é fundamental justamente na crítica ativa e orientada a revelar uma complexidade dos sistemas de trocas e de constituição de alianças que ultrapassa as críticas à ideia de *homo economicus* existentes até o momento. A dádiva é uma lógica organizativa do social de caráter universalizante que não pode ser reduzida nem a aspectos econômicos, nem religiosos, nem jurídicos. Ou seja, particularmente quando Mauss traz a não hierarquização de uma dimensão social demonstra que os fenômenos do Estado e do mercado não são universais, ou seja, existe uma “coisa” para além do ser humano econômico, do estado ou da sociedade mercantil.

Se por um lado há a existência de um fato social total, que revela um sistema geral de obrigações coletivas, o antropólogo, também adentra ao universo das experiências dos membros da sociedade, revelando que, para além da regra dar-receber-retribuir, existem elementos de incerteza estrutural os quais fazem com que a obrigação coletiva não se imponha sobre a liberdade individual. Outro paradoxo que revela que, na prática, os membros têm uma liberdade para entrar e sair desse sistema. Para Martins (2005), tal experiência direta e interindividual reorganiza o sentido e direção do bem circulante, refazendo estruturas e funções. É este **o que** circula a favor do vínculo social, como a moeda, que influencia decisivamente como se formam os atores e como estes se colocam na sociedade. Uma

inquietação similar à de Marx no que diz respeito à importância de compreender os materiais que circulam, mas que são carregados de simbolismos e revelam os atores e as estruturas da sociedade a qual expressam:

[...] a atribuição de determinados sentidos a formas de ser e de se relacionar com os objetos (entre eles, as mercadorias e o dinheiro) é parte constitutiva do processo de criação dos sujeitos. A subjetivação das coisas e a objetivação das pessoas fazem parte de um mesmo universo no qual se processam as relações humanas e suas transformações. (NEIBURG, 2010, p.16).

Assim, a teoria da dádiva auxilia na interpretação dos fundamentos da solidariedade e da aliança nas sociedades contemporâneas, fundamentais no exercício das moedas sociais e tendo relevância central na investigação da sociabilidade por trás das trocas. Percebe-se que

[...] o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social. Ele (Mauss) chegou a esta compreensão a partir da constatação de que as modalidades de trocas nas sociedades arcaicas não são apenas coisas do passado, tendo importância fundamental para se compreender a sociedade moderna. (MARTINS, 2005, p. 45).

Mesmo nas sociedades recentes é possível observar um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal tal qual nas sociedades arcaicas. Um sistema, na análise de Karsenti (1994), que se expande e se contrai, mas que aparece necessariamente como um fenômeno total, atravessando a vida social na medida que tudo aquilo que participa da vida humana – ainda que sejam os bens materiais ou as trocas simbólicas entre homens – noticia a produção da sociedade. Assim, a compreensão da dádiva como um sistema de trocas básico da vida social permite romper com a dicotomia moderna pela qual ou a sociedade está sob a ação planificadora do estado ou está em um movimento influente do mercado: “Por ser a lógica arcaica constitutiva do vínculo social, a dádiva integra potencialmente em si as possibilidades do mercado (retenção do bem doado) e do Estado (possibilidades de redistribuição das riquezas coletivas).” (MARTINS, 2005, p.53).

Sob essas categorias liberdade e obrigação, habitualmente dicotômicas, a dádiva permite a compreensão de novos fenômenos organizacionais modernos, que são experiências

sociais, inovadoras no que diz respeito a uma forma de circulação de bens e serviços que não estão nem sob a ótica do mercado nem sob jurisdição do Estado. Tais movimentos são característicos da Economia Solidária (ES), e podem ser observados a partir de experiências associativas em que existe a pluralidade e a hibridação das dimensões econômica, social e política (GODBOUT, 1992; FRANÇA; DEMIMIRA, 1999).

2.2.3 Dívida convivendo com troca mercantil e dinheiro

Na modernidade a dívida permanece, para Alain Caillé e Jacques Godbout, não apenas nas relações interpessoais envolvendo família, amigos e vizinhos mas nas relações entre desconhecidos. Existem várias formas de observação e manifestação da dívida (na partilha, na vivência do extraordinário, nos trabalhos de mutirão) que provam que antes de a dívida (ou dom) ser um valor é, sobretudo uma regra, a regra básica constituinte da ação social. O dom, para estes sociólogos, está em todos os lugares, compartilhando as fronteiras do mercado e do Estado, sobretudo nas ações espontâneas que escapam das racionalidades instrumentais (MARTINS, 2003). Para Caillé (2009), a obrigação tripartite do dar, receber e retribuir é encontrada no plano das sociabilidades primárias (família, vizinhos, amigos), bem como nas sociabilidades secundárias (organizações econômicas, políticas, religiosas e outras), ainda que de forma mais difusa. A tríade se manifesta na sociabilidade primária sob a forma de presentes, hospitalidade ou serviços, e aparece de forma bastante transformada entre estranhos, como em associações de diversos tipos.

A ponte entre a dívida e os novos formatos que surgem a partir de organizações da sociedade civil, tais como as moedas sociais, são justificadas também pela tensão entre estado e mercado, entre liberdade e obrigação, bem como na própria concepção de que as dívidas são fenômenos sociais que abrangem diversas instituições, e tais empreendimentos buscam justamente contrariar a lógica de que o aspecto econômico é o único ou principal no contexto em que estão inseridos (SABOURIN, 2008).

Mauss propõe estender o entendimento da moeda para além da moeda moderna, a única, segundo ele que preenchia todos os critérios da definição conhecidos e definidos pelas ciências econômicas. De modo geral, o antropólogo compreendia que a moeda assumia a forma de objetos variados, uma vez que as sociedades estudadas possuíam coisas diversas que

serviam como meio de troca e pagamento. Ao tratar do poder de compra, compreendeu que a moeda não é um fato material ou físico, mas fato social, cujo valor corresponde à sua capacidade de adquirir bens e serviços e à confiança nela depositada. Há, na teoria maussiana, três fases pelas quais passou a noção de moeda. A primeira fase, mais rudimentar, decorre da percepção de que alguns objetos não se deterioram com o uso, há algo de místico neles que adquirem um “poder de compra”. No estágio seguinte, os instrumentos de compra passam a servir como meio de contagem e circulação de riquezas. Esta é a fase onde encontravam-se as sociedades analisadas pelo autor.

As duas primeiras fases evidenciam que o valor econômico não se separa de seu valor de talismã, i.e, a posse dos objetos monetários confere ao seu detentores prestígio, que se converte em poder de compra. Nos seus estudos etnográficos, evidencia-se que aquele que troca e aquilo que é trocado, nunca estão devidamente separados. É somente com o afastamento entre as coisas e os grupos humanos e o surgimento da noção de preço que Mauss localiza a terceira fase de desenvolvimento da moeda.

Para Blanc (1998), Mauss é fundamental na reflexão sobre a moeda porque sua concepção de fato social total permite reinserir as problemáticas econômica, política, sociológica e antropológica. O autor argumenta ser fundamental reconceituar a moeda nestes termos para que seja possível associar diversos outros fenômenos relacionados a ela. A dádiva permite, sobretudo, concluir que a coisa circulante (na forma dinheiro, na sociedade moderna, enquanto equivalente geral) não é inerte; ele carrega consigo, ainda que em um grau diferenciado daquilo que foi observado por Mauss, algo que expressa a sociedade ali presente, suas relações, crenças, valores morais exaltados e suprimidos. Incrementa o argumento de Marx sobre a coisa oculta na mercadoria-dinheiro, e soma a este o olhar sociológico aos argumentos mais fortemente econômicos dispostos anteriormente.

Move-se, então, para as contribuições de Karl Polanyi. O capítulo a seguir sugere a investigação do lado substantivo da economia, o conceito de enraizamento e a análise da economia como um processo instituído. O estudo da história da economia e das formas institucionais comprova, para Polanyi que o comércio, a moeda e o mercado sempre existiram, independente da sociedade de mercado, e ainda que o entendimento sobre a moeda não pode ser separado de seus usos e contextos, uma vez que “[...] cada um dos sistemas de uso possui suas finalidades e se utiliza de símbolos e regras próprios mais ou menos definidos

para uma diversidade de situações (como um sistema de linguagem) [...]” (RIGO, 2014, p.90).

2.3 O SOCIAL PARA ALÉM DO ECONÔMICO: TROCAS MERCANTIS HÍBRIDAS EM KARL POLANYI

O húngaro Karl Polanyi (1886-1964) foi um dos cientistas sociais que buscou interpretações abrangentes do fenômeno humano. Estudou direito e economia política, foi forte crítico aos liberais da escola Austríaca na década de 1920, e em 1944 publicou *A grande transformação*, obra que incentivou uma série de antropólogos, sociólogos, historiadores e economistas a observar os sistemas econômicos a partir das sociedades as quais fazem parte, e não sobre fórmulas e modelos pretensamente gerais.

O antropólogo (mas também economista e historiador) acredita que o que caracteriza a economia é a ação humana, algo de mais “substantivo” do que a definição comum. Busca uma definição que dê ênfase as ações do homem em relação aos seus meios natural e social para a produção daquilo que lhe é necessário para a vida. A declaração do autor é a de que a produção e a distribuição de bens materiais sempre existiram enraizadas em relações sociais de natureza não econômica, como, por exemplo, a relação de tradição. Entretanto, ocorre uma ruptura no mundo moderno quando “[...] os elementos mercantis em expansão se combinaram e tragaram para dentro de si a força de trabalho e a terra – ou seja, o homem e a natureza.” (BENJAMIN, 2012, p.9). A sociedade e o meio ambiente tornaram-se, na modernidade, adicionais do mercado, invertendo uma lógica antiga: a de que a economia estava enraizada nas relações sociais. Este processo, que é social, alocado no tempo e no espaço, faz com que diferentes formas e graus de instituições coexistam, com diferentes intensidades e sobreposições. Buscando os principais conceitos e ideias polanyianas na análise das economias primitivas e arcaicas até o momento de hibridação dessas economias, o capítulo a seguir discorre sobre os principais aportes teóricos do autor, centrais para o avanço do estudo da nova sociologia econômica e das moedas sociais e o que estas podem representar, especialmente sob a ótica dos teóricos aqui buscados.

2.3.1 Polanyi e o econômico enraizado no social

Mauss, como visto, ao estudar as sociedades arcaicas, apresenta uma visão metodológica mais abrangente das esferas da vida social, o fato social total. Polanyi (2012), por contrário, destaca nomeadamente a divisão destas esferas, sobretudo a econômica da social, e engaja-se no questionamento de qual domina e qual é subordinada. Para tanto, o teórico apresenta na sua narrativa a condição de enraizamento e desenraizamento da economia em relação à sociedade. Este conceito de *embeddedness* (traduzido normalmente como enraizamento, incrustação ou imbricação), caracteriza um grau em que atividades econômicas (como produção, consumo e distribuição) são mais ou menos imbricadas em, por exemplo, instituições religiosas, políticas ou de parentesco; assim, ao comparar sociedades pré-capitalistas com a sociedade moderna, o autor conclui que não é possível aplicar os modelos econômicos formais para outros tipos de sociedade, ou seja, a teoria econômica moderna não teria uma aplicação universal enquanto base explicativa da sociedade (MACHADO, 2009).

A economia desenraizada do século XIX, situou-se fora da sociedade, e cercou-se de instituições e leis próprias, como a da oferta e da procura, que garantem a circulação e produção de bens matérias a partir de um fenômeno aparentemente autorregulado de mercados e formações de preço. Ou seja, não são fenômenos sociológicos como vistos até o momento que fazem o indivíduo participar da vida econômica e sim instituições econômicas próprias, como as instituições monetárias, o setor privado e o sistema salarial. Esta esfera econômica, independente na sociedade de mercado, é especialmente separada de instituições governamentais e do centro político, possui motivação própria, envolta no ganho monetário, e alcança uma autonomia a ponto de serem investidas tais leis próprias ao seu funcionamento. A economia de mercado é o exemplo extremo de uma economia desenraizada, “[...] que toma com ponto de partida o uso disseminado do dinheiro como meio de troca.” (POLANYI, 2012, p.233).

A descoberta histórica empírica do enraizamento econômico acontece em 1860, sob as categorias *contractus e status* do direito romano, feitas por Sir Henry Sumner Maine; Maine propôs-se a comprovar que a sociedade moderna estava apoiada no *contractus* e as sociedades

primitivas no *status*. Por *status* compreendiam-se os direitos e deveres da pessoa, que eram determinados pelo parentesco e posição familiar. Tal conjunto de leis, no direito romano, foi sendo modificado até o *contractus*, reconhecidos como acordos bilaterais formados por indivíduos. A mesma distinção acontece sob as categorias “comunidade” e “sociedade” em Ferdinand Tönnies e em Marx Weber, ainda que para cada autor, as categorias assumam tons distintos, e cada um deles tenha uma proposição própria para aquilo que acredita ser o próximo passo evolutivo da sociedade (POLANYI, 2012).

Destarte, no texto *Economia como processo instituído*, Polanyi preocupa-se com a distinção metodológica entre duas acepções da economia: há um lugar ocupado pela economia na sociedade (*economy*) que difere do termo econômico (*economic*), o qual refere-se a um fato, uma atividade humana. Existe aquilo que o autor compreendeu como um aspecto substantivo e um outro formal do termo econômico. Esta discussão é necessária justamente para a compreensão do local da economia na sociedade (MACHADO, 2009). Estudar a sobrevivência (*livelihood*) humana é estudar a economia em seu sentido substantivo, ou seja, deriva da dependência do homem com a natureza e as formas de assegurar a satisfação de suas necessidades materiais através do intercâmbio que este faz com seu ambiente natural e social. O aspecto formal refere-se ao caráter lógico da relação de meios e fins, em uma determinada escolha, que situa-se dentre outras escolhas possíveis, a partir de um conjunto limitado de meios. Desta definição deriva-se o conceito de escassez das ciências econômicas.

Estudar as economias passadas e presentes é necessariamente um exercício no sentido substantivo, uma vez que as sociedades existem de acordo com as necessidades dos homens à sua sobrevivência. Nesse aspecto, a economia é um processo instituído em que os homens se relacionam entre si e com o seu ambiente e somente a partir de fontes empíricas, providas pela antropologia, é possível explicar o comportamento humano nas diferentes sociedades; o aspecto formal, ligado à escassez, não dá conta, destas questões, muito menos do lugar da economia nas sociedades (MACHADO, 2009; POLANYI, 2012).

É, portanto, a defesa do uso do conceito substantivo da economia e seu enraizamento nas sociedades que Polanyi abre portas para diversos sociólogos, antropólogos e historiadores que entendem a importância de compreender o mercado como instituição, criada pelos homens, ao lado de outras instituições (MACHADO, 2009) ainda que umas subordinem as

outras em diferentes momentos. O ponto marcante para o autor que define a mudança do lugar da economia é a generalização dos sistemas de mercados formadores de preços. Ressalta que, nem sempre os homens tiveram consciência do campo econômico: “[...] os fatos da economia enraizavam-se, originalmente, em situações que em si não eram de natureza econômica, pois nem os seus fins nem os seus meios eram primordialmente materiais.” (POLANYI, 2012, p. 273). Podemos inferir que a ação econômica é, por conseguinte, social, pois reside nessa relação dos homens com os espaços naturais e sociais.

2.3.2 A excepcionalidade da economia de mercado

Para seguir esta exposição, é necessário destacar a importância da observação às mudanças históricas das sociedades, especialmente na transformação de elementos tão substantivos do enraizamento social da economia nas sociedades primeiras, como a terra e o trabalho, que na sociedade moderna, tornam-se meras mercadorias e ainda lembrar que “[...] o estudo da mudança do lugar ocupado pela economia é nada mais do que o estudo da maneira como o processo econômico está instituído em diferentes épocas e locais[...]” (POLANYI, 1980, p. 148).

O mote norteador do argumento de Polanyi é realçar a excepcionalidade da economia de mercado na história da humanidade, e o conceito de enraizamento deve ser observado no âmbito dessa distinção. A economia pode estar instituída de diferentes formas nas mais variadas sociedades, sendo que, são três os padrões fundamentais, chamados de formas de integração, nos quais combinados garantem estabilidade e unidade à economia. A partir do conceito substantivo de economia e da análise da economia como um processo instituído, o autor observa que o processo de integração acontece quando há a combinação de três padrões institucionais: a reciprocidade, a redistribuição e a troca de mercado, sendo apenas na sociedade moderna, nos mercados autorregulados, que tal integração se assume como dominante.

A reciprocidade, presente nas sociedades pré-modernas, pode ser descrita, de forma sucinta, porque já amplamente investigada em Mauss, como um sistema de dádivas e contra-dádivas, um tomar e dar sucessivos; são trocas distintas das trocas comerciais que envolvem o ato de presentear, aceitar e retribuir. A reciprocidade pressupõe simetria, i.e., membros de

grupos distintos que se comportam de maneira semelhante uns com os outros. De acordo com a classificação de Polanyi (2012), nas sociedades primitivas e tribais opera a reciprocidade e, também, em parte, a redistribuição. A redistribuição, outro tipo de organização, envolve uma autoridade central que distribui a produção dos indivíduos e é caracterizada por trocas involuntárias; há movimentos apropriativos em direção a um centro e também em sentido inverso – do centro para “fora”, por exemplo, os impérios antigos – egípcios, romanos; Polanyi compreende que as sociedades arcaicas eram predominantemente redistributivas, ainda que existissem algumas trocas similares às modernas. A troca de mercado, por fim, refere-se aos movimentos que ocorrem entre os agentes sob um sistema de mercado. A troca mercantil, nada mais é que “[...] um movimento direcional de bens entre pessoas orientadas para o ganho que cada uma delas obtém dos termos resultantes.” (POLANYI, 2012, p.91).

Este último princípio constitui, portanto, a produção para uso privado do grupo; Vinha (2001) exemplifica como os mercados medievais continuaram extremamente regulados pela sociedade, mesmo quando tal princípio adquiriu crescente importância, especialmente a partir do século XVI. Isto porque não existiam as demais condições necessárias para que estes mercados se autorregulassem. Havendo uma transição das sociedades arcaicas para a mercantil, existe também uma ruptura violenta com as condições que a precederam e, por isso, a sociedade moderna, como a conhecemos, é posta em uma nova ordem.

Nesta nova configuração, o trabalho e a renda transformaram-se em mercadorias, tratados como se fossem produzidos para a venda, de modo que “[...] nunca se concebeu uma ficção mais completamente eficaz[...].” (Polanyi, 2012 p. 211). Tal qual os mitos compartilhados de Harrari (2015), Polanyi (2012, p. 212) sugere que a ficção da mercadoria está no cerne dos rumos do homem e da natureza, uma vez que tal ficção “[...] confiou o destino do homem e da natureza à ação de um autômato que segue seus próprios rumos e é regido por suas próprias leis.”. No sistema mercantil, embora houvesse uma pressão deliberada para a criação de mercados, ainda vigorava uma certa organicidade do social, justamente por não confiar o trabalho e a terra ao mercado: a negociação da terra passava pela determinação de preços pelas partes e o trabalho estava sujeito a contratos e salários. O mercado restringia-se às mercadorias.

O autor encaminha a observação de que esse novo social confia o sistema econômico à um mecanismo autômato, que controla os seres humanos e suas atividades, bem como a

própria relação com a natureza. Há uma esfera econômica bem definida agora, tão distinta e separada da sociedade que torna o “resto” da sociedade dependente dessa esfera (econômica): “[...] o mecanismo de mercado torna-se determinante para a vida do corpo social [...]” (POLANYI, 2012, p. 213). Em uma sociedade de mercado o sistema não só influenciaria o resto da sociedade como o determinaria; há uma ilusão, segundo Polanyi, do determinismo econômico como lei geral para a sociedade humana. Nesse aspecto, Polanyi é de extrema importância, pois ao introduzir a concepção substantiva da economia, e a de que os fenômenos econômicos estão enraizados no social enquanto totalidade, vê-se que, não pode haver uma separação real do econômico com o social (LOPES JÚNIOR, 2002). Há, portanto, o entendimento de um caráter aparente na sociedade moderna, que esconde o social atrás do determinismo econômico.

2.3.3 O social que antecede e subsiste ao econômico

Retomando então a questão do enraizamento, sob uma ótica mais aprofundada, destaca-se o texto de Polanyi (2012) *Aristóteles descobre a economia*, onde se vê nas análises do surgimento do objeto da economia como autônomo em relação à sociedade justamente o modo como a sociedade é o berço do econômico. Polanyi deixa claro aí que homem é antes social do que econômico porque suas relações são políticas antes que naturais. Marx já havia reconhecido os estudos de Aristóteles sobre a economia na sociedade grega, bem como suas limitações, vistas anteriormente neste trabalho; entretanto Polanyi aproveita-o sob uma outra ótica, obviamente, mais abrangente – no sentido sociológico – e ainda destaca que o pensador foi tão influente à economia Medieval como foram posteriormente Adam Smith e David Ricardo à economia mundial do século XIX.

Aristóteles buscava o domínio teórico de um novo fenômeno social, que se manifestava sutilmente nas trocas comerciais e nas diferenciações de preço. O pensador dava início à um processo de consciência em relação à economia, uma categoria, como vimos, ainda anônima nas sociedades antigas. No texto em que argumenta com Aristóteles, Polanyi discorre sobre as motivações do homem, e acorda com o filósofo de que o interesse em adquirir bens econômicos não é explicado por si só, mas é, antes, um meio de outras aspirações, como manutenção do seu status social:

Aristóteles tinha razão: o Homem não é um ser econômico, mas um ser social. Não almeja salvaguardar seu interesse individual de aquisição de posses materiais, e sim garantir sua receptividade social, seu status social e seus bens sociais. Valoriza suas posses sobretudo como um meio para atingir esses fins. A economia do ser humano, como regra, está mergulhada em relações sociais. (POLANYI, 2012 p. 215).

O autor observa, então, que enquanto prevalecer as formas de reciprocidade e redistribuição, não se faz necessário um conceito de economia, uma vez que os conceitos estão imbricados em instituições não econômicas e o processo econômico faz-se presente nas próprias relações de parentesco, casamento, sociedades secretas, entre outras. Se na sociedade aristotélica, portanto, a economia não só estava imersa no social como estava ausente como noção independente, na sociedade moderna, a economia aparece como uma “[...] novidade histórica, de modo que nenhuma outra foi controlada por um padrão institucional definido como um sistema autorregulável dirigido pelos preços, não sofrendo interferência de nenhum fator externo.” (VINHA, 2001, p.210)

Desta abrangência teórica até aqui observada, pôde-se compreender o conceito de enraizamento; as categorias organizativas do social, iniciadas em Mauss e continuadas em Polanyi; o processo de integração para a estabilidade e unidade da economia, e ainda, resgatou-se em Marx conceitos fundamentais, servientes à uma análise crítica e atenta daquilo que é aparente na sociedade moderna. A moeda, em todos estes autores, é antes social do que econômica, é instrumento que carrega e reflete a sociedade a qual esta inserida. A moeda para Polanyi, será apresentada na seção seguinte, por ser fundamental nos movimentos da Nova Sociologia Econômica (NSE). Pode-se caminhar, portanto, para a compreensão da NSE e da concepção de Economia Solidária (ES), fundamentais na compreensão da moeda social Palmas. Reforça-se que são os laços entre o social e o econômico, tão fortemente observados por estes autores, que chamam atenção nos novos movimentos sociais de produção, organização e distribuição inseridos na Economia Solidária.

2.4 A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA E SEUS APORTES SOBRE DINHEIRO

O tom da sociologia econômica é o já observado neste trabalho, o qual reconhece o

esforço de buscar explicação dos fenômenos econômicos a partir de aspectos sociológicos. A sociologia econômica é inseparável da sociologia geral, na medida em que o traço característico da sociedade moderna é a de apresentar-se como sociedade econômica, de modo que, refletir sobre o econômico e o social é uma tarefa central da sociologia (LÉVESQUE, 2009). Entretanto, a sociologia econômica dá conta de aplicar uma abordagem diversa aos fatos identificados pela ciência econômica, questionando a delimitação feita pelos economistas ao que concerne à racionalidade e a recursos escassos. Esta sociologia econômica, que propõe uma definição mais ampla da economia, teve seu campo teórico constituído no último quarto do século XIX por autores como Marx Weber, George Simmel e Émile Durkheim. Estes teóricos ocuparam-se, centralmente, de categorias relacionadas à modernidade e ao capitalismo.

2.4.1 Quem é e do que trata a nova sociologia econômica

A chamada nova sociologia econômica (NSE), associada, sobretudo, aos nomes de Mark Granovetter e de Richard Swedberg, busca, tanto quanto a sociologia econômica de Polanyi, integrar as teorias sociológica e econômica. A NSE diferencia-se das demais correntes de pensamento social na medida em que privilegia a dimensão histórica e o estudo empírico, ao mesmo tempo em que fornece argumentos críticos à teoria neoclássica (VINHA, 2001). O movimento ganhou destaque internacional através da segunda edição do *Handbook of economic Sociology*, organizado por Smelser e Swedberg, reunindo diversos intelectuais atentos ao campo, como Bordieu e Zelizer. A NSE baseia-se na ideia de que economia e sociedade são mutuamente enraizadas, e desafia a naturalização da economia, i.e., os arranjos econômicos como processos naturais e necessários (VINHA, 2001). Granovetter (1990) caracteriza sua concepção de sociologia econômica por meio dos seguintes traços:

Minha abordagem da sociologia econômica apóia-se em duas proposições sociológicas fundamentais: em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições sociais não brotam automaticamente, tomando uma forma incontornável; elas são construídas socialmente. (GRANOVETTER, 1990, p.95).

Na análise de Steiner (2006), essas ideias, por mais que sejam elementares, são decisivas à NSE, porque insistem sobre o fato de que os temas caros à ciência econômica são passíveis de análise e não podem ser fenômenos evidentes explicados por si só; a sociologia econômica geral busca, como já mencionado, obter uma melhor explicação para os fatos socioeconômicos do que a teoria econômica clássica. Para tanto, divide-se de forma mais ampla em duas correntes: a sociologia econômica norte-americana e a francesa. A primeira tem como foco o enraizamento e a construção social da economia por meio da teoria das redes, da teoria das organizações e da sociologia cultural; já a tradição francesa, representada por Mauss, Durkheim, Simiand e, posteriormente, Bourdieu deseja ir além da teoria econômica, dando ênfase às instituições econômicas e às dimensões culturais e simbólicas dos fenômenos econômicos. Para Guimarães e Vereta-Nahoum (2017), o interesse dos sociólogos por compreender fenômenos econômicos assentou-se, fundamentalmente, em três perspectivas:

- a) a dos imbricamentos estruturais, cognitivos, políticos e culturais da economia, seja em redes relacionais como nos estudos de Granovetter, seja em campos, como em Bordieu;
- b) a das institucionalidades que garantem o funcionamento de mercados em meio à incerteza;
- c) a dos modos como teorias e modelos econômicos exercem efeitos de performatividade sobre os agentes de mercado. Dentre estas abordagens, será destacado nessa seção as redes relacionais de Granovetter, a fim de estabelecer pontes entre o autor, a dádiva e o sentido da moeda sob a égide de autores da NSE.

Na sua análise das potencialidades da NSE, Lopes Júnior (2002) coloca o nascimento do novo campo em um contexto de crescente legitimidade do paradigma neoclássico, especialmente no campo político da década de 1980, puxado pelos EUA e a Inglaterra, nas figuras de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Tal avanço neoclássico deu força para que as teorias econômicas avançassem em limites antes dominados pela sociologia. Logo, a teoria dos jogos e o individualismo metodológico deixaram de ser marginais aos estudantes de ciências sociais, há muito insatisfeitos com modelos explicativos antigos. Entre os anos de 1890 e 1920 o campo teórico da sociologia econômica recebeu fortes contribuições e assim permaneceu, sem grandes novidades, até a década de 1980, quando, provocados pelo

contexto, a sociologia econômica recebe novos aportes teóricos (à exceção da produção de Polanyi, já visitada anteriormente). Em contraste ao utilitarismo e ao individualismo metodológico, a NSE enfatiza a sociedade, os grupos e as instituições, de forma a destacar o indivíduo (ator) como uma entidade constituída socialmente.

Para Lévesque (2009), outro acontecimento extraordinário que incitou o surgimento de uma nova sociologia econômica foi a formação de movimentos sociais, que começaram na década de 1960, com mulheres, negros, ecologistas, que pleiteavam auto-gestão, qualidade de vida, criatividade e autorrealização. Essas reivindicações iam além da distribuição de ganhos de produtividade e contribuía para a ruptura com modelos passados. Para Lévesque, a nova sociologia responde a uma dupla demanda – uma crítica ao neoliberalismo e uma busca por alternativas concretas ao mesmo.

No que tange a análise da construção do mercado, a NSE resgata a obra de Karl Polanyi e destaca a superação do “naturalismo histórico na gênese do sistema de mercado” (LOPES JÚNIOR, 2002, p.45); conforme já apresentada, sua posição substancialista possibilitou a noção de que os fenômenos econômicos encontram-se submersos pelo todo social do qual fazem parte, o que possibilitou a ideia de inseparabilidade entre o econômico e o social.

2.4.2 As contribuições de Granovetter: laços e redes do enraizamento

Inspirado por Polanyi, a obra de Granovetter ocupou-se de três níveis de fenômenos econômicos. O primeiro era a **ação econômica individual**, similar a definição weberiana, que compreende a ação como orientada para a satisfação das necessidades, estabelecidas pelos indivíduos, em situações de escassez; em seguida buscava compreender dois fenômenos situados além da ação individual, os quais denominou **resultados econômicos** e **instituições econômicas**: resultados e instituições diferem, na medida em que instituições designam conjuntos maiores de ações e comportam uma dimensão normativa, ou seja, ditam como as coisas devem ser feitas; já os resultados tratam, por exemplo, de formação de preços estáveis e salários. Granovetter (1990) busca tratar de diversos domínios do mecanismo mercantil. Busca examinar tais questões apoiando-se em concepções alternativas da ação do indivíduo, de sua racionalidade, e da origem das instituições, crendo que assim, têm-se melhores

explicações dos fenômenos mercantis (STEINER, 2006). Granovetter afirma reiteradamente as posições fundamentais sob as quais embasa suas reflexões: a) a ação econômica é uma forma de ação social; b) a ação econômica é socialmente situada; c) as instituições econômicas são construções sociais. A partir dessa perspectiva o autor busca identificar as formas de inserção social das ações econômicas e a influência dessas relações sociais nos resultados econômicos (RAUD-MATEDDI, 2005).

A publicação mais famosa de Granovetter, em 1985, *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*, defende que o termo *embeddedness*, de Polanyi, é parcialmente limitado, uma vez que este obtém sucesso em explicar as motivações não econômicas e a ausência de competitividade nos sistemas pré-capitalistas, incluindo o mercantilismo, entretanto, falha ao não reconhecer que no sistema de mercado essas características também estão presentes, embora não sejam dominantes (LOPES JÚNIOR, 2002; VINHA, 2001). Para Swedberg (2005), Granovetter introduziu um conceito de enraizamento diferente, segundo ele, mais útil analiticamente do que o proposto por Polanyi. Granovetter mostra que mesmo na sociedade mercantil há o enraizamento do econômico, uma vez que a ação econômica ocorre no interior de redes de relações sociais. O autor propõe a análise do padrão de conexão existente entre os indivíduos (grau de coesão de redes, fluxo de recursos entre indivíduos como dinheiro e informação). Sua tese é a de que os indivíduos tomam decisões consistentes quanto mais fortes são os vínculos em suas redes (KAUFMAN, 2010).

A busca de Granovetter é por demonstrar que na sociedade capitalista o agir econômico é necessariamente um agir social e que os indivíduos estão envolvidos através de estruturas específicas. Como o agir econômico está enraizado no agir social, o autor propõe a compreensão desse agir social no contexto de redes sociais: o agir econômico encontra-se enraizado em redes de relações interpessoais. A partir dos laços interpessoais, o autor acredita que é possível relacionar os níveis macro e micro do sistema social, uma vez que é possível observar a força desses vínculos que ocorrem nas interações concretas em pequena escala, e como estes podem relacionar-se a fenômenos macro como mobilidade e coesão social.

A força de um vínculo interpessoal é, segundo Granovetter (1973) uma provável combinação linear entre a quantia de tempo, a intensidade emocional, a intimidade e a reciprocidade dos elementos que simbolizam e caracterizam tal laço. Os vínculos podem ser

fortes, fracos ou inexistentes. O primeiro diz respeito as relações pessoais imediatas (família e amigos) enquanto o segundo refere-se às relações mais afastadas – pessoas conhecidas. Os laços fracos tenderiam a ligar um maior número de indivíduos, de diferentes grupos pequenos, o que mantém o indivíduo em contato com realidades distintas. Assim, os laços fracos, ao envolverem um maior número de pessoas, com outros tipos de conhecimentos, ideias e informações, ampliam o acesso a outros “universos sociais”.

Granovetter analisa o mercado de trabalho e exemplifica o conteúdo de vínculos a partir de um indivíduo que busca por emprego. Suas opções são limitadas quando este recorre aos seus laços fortes – familiares e amigos – entretanto, observa-se uma maior diversidade quando acessa contatos, que movem-se por diferentes círculos, que acessam informações distintas. Assim, os laços fracos tornam possível a oportunidade de mobilidade e, no nível macro, os laços fracos reforçam a coesão social efetiva. Um indivíduo que troca de emprego movimentando laços diferentes e ao mesmo tempo, estabelece uma união entre estes; nesse sentido, constrói-se um senso de comunidade (ARAUJO, 2009). Reitera-se a importância de Granovetter pela compreensão de que a economia é uma construção social, na medida em que as redes resultam no enraizamento da esfera econômica no social. Também o é, na medida em que considera a ação como uma ação social, de forma que os indivíduos “[...] tomam decisões numa ação coletiva, motivados por fatores que não se reduzem aos seus próprios interesses e preferências, mas influenciados pelas respectivas redes sociais que constituem o coletivo social.” (KAUFMAN, 2012, p. 210). Ou seja, a ação econômica é sempre socialmente situada, entendendo que o indivíduo orienta sua conduta econômica também por objetivos que são sociais (como sociabilidade, reconhecimento, status); e o fazendo não agem de maneira autônoma: suas ações estão sempre enraizadas em sistemas de redes sociais, o que faz com que o sistema econômico seja um conjunto de ações imbricadas em redes concretas de relações sociais (GUIMARÃES; VERETA-NAHOUM, 2017).

Em suma, percebe-se existem aqueles teóricos que defendem que o comportamento econômico sempre está imerso nas relações sociais em sociedades pré-mercantis, mas que passou a ser mais autônomo com a modernização. Tais transações econômicas tendem a ser definidas por motivações econômicas e cálculos racionais, colocando a economia como dimensão separada e destacada na sociedade moderna. Esta é a perspectiva da escola substantivista, da antropologia, de Karl Polanyi. Granovetter (1973) defende que o nível de

imbricamento do comportamento econômico é mais baixo em sociedades não reguladas pelo mercado do que defendem os substantivistas, bem como, a modernização mudou menos esse imbricamento do que esses autores afirmam. Concorda, contudo, que a imersão do econômico no social é mais intensa do que considerado por economistas em geral. A novidade em Granovetter, tão essencial a compreensão das redes de sustentação das moedas sociais está na aproximação que o autor faz dos níveis macro e micro da sociedade, na medida em que busca compreender os vínculos interpessoais, que se verificam em pequenas interações cotidianas mas que se relacionam a fenômenos maiores, tais como organizações políticas, mobilidade social e outros (ARAUJO, 2009). Para Caillé (2009) a teoria das redes representa, também, grande diálogo do autor com Mauss, uma vez que os vínculos residem não na racionalidade individual nem em regras holísticas, mas nas redes e na confiança que liga e une seus membros. A relação de rede é um vínculo de dádiva, é por ela que as redes se criam e é pela renovação das dádivas que a confiança de mantêm.

2.4.3 Contribuições das teorias sociológicas e antropológicas para a compreensão do dinheiro

A busca por uma compreensão do dinheiro na sua totalidade surge de uma crítica à concepção linear da moeda existente no *mainstream* econômico. A ideia de que a moeda surge a partir do desenvolvimento de comunidades que anteriormente trocavam sob a forma de escambo, e que passaram a adotar um meio único de mediação das trocas, a moeda, como forma mais justa e serviente à complexidade das mesmas é, para alguns autores a “fábula” simplificada da origem da moeda moderna, a moeda de mercado, mas não é a origem da moeda em si, como prática e instituição (RIGO, 2013; ZELIZER, 2005). Essas discussões sobre o sentido ampliado da moeda estão inseridas nas noções também ampliadas do fato econômico, tratadas anteriormente nos recortes de Mauss, Polanyi e Marx. Como lembram Polanyi (2012) e Caillé (2009), o escambo é apenas uma das maneiras de trocar bens e serviços dentre tantas outras observadas no espaço-tempo, o qual refere-se ao modelo de mercado; a reciprocidade é encorajada por um modelo institucional simétrico, como citado anteriormente. A reciprocidade se destaca nos estudos dos sentidos mais amplos da moeda, na medida em que esta tem sua origem nos sistemas de trocas recíprocas estabelecidos nas

sociedades arcaicas. A dádiva, como visto, não se identifica com a acumulação que ocorre na ordem mercantil; ela se concretiza pelo estabelecimento de um ciclo de solidariedade e reciprocidade constituído por ações de dar-receber-retribuir (RIGO, 2013). Nesta perspectiva, a dádiva supõe uma lógica de endividamento mutuo positivo, onde cada ator envolvido na tríplice relação dar-receber-retribuir tende à incorporar um sentimento de receber maior do que o de dar (GODBOUT, 1998). É precisamente este sentimento, nessa lógica, que mantém os vínculos sociais e a manutenção da estabilidade das relações.

A moeda, então, pode ser vista como um emaranhado de dívidas e créditos na sociedade, um elo que unifica sistemas de dívida (CAILLÉ, 2009). Sob essa ótica, a dimensão simbólica da moeda se destaca, tendo em vista que há o entendimento de que ela opera como um símbolo que se relaciona com outros símbolos do sistema, dentro do qual os significados são compartilhados, trocados e fazem sentido. Na teoria de Théret (2008), há uma concepção intermediária entre a exclusivamente simbólica e a exclusivamente econômica, a qual defende a moeda como uma forma institucional, que conecta pessoas e coisas, parte de um sistema de regras que faz com que a coisa distinta das pessoas, a qual foi escolhida para representar certas relações entre pessoas, o faça de forma legítima: “[...] [há um] estado da moeda, seu estado propriamente social, o estado institucionalizado no qual ela aparece como a forma política de uma comunidade de pagamento que não é outra coisa senão o todo social representado sob forma monetária [...]” (THÉRET, 2008, p. 16).

Tais pesquisas têm contribuído para a compreensão dos usos das moedas atrelados a outros papéis, como o simbólico. Destacar-se-á, portanto, os usos das moedas sociais, com o objetivo de compreender como estas ultrapassam o campo econômico e refletem, em algum grau, as relações daqueles que a constituem e mantêm. Assim, o dinheiro na sociologia econômica pode ser compreendido como derivado de um conjunto de características de uma organização socioeconômica das sociedades nas quais ele está presente. Pode-se observar tal fenômeno a partir das diferentes linguagens usadas para dar nome ao dinheiro: salário, honorários, doações, gorjeta, ação, juro. Essas variedades, segundo os estudos de Leite (2009), evidenciam os usos e as relações do dinheiro como base organizacional da sociedade.

Para muitos autores da sociologia e da antropologia econômica, o dinheiro não é único, uniforme e generalizado, pelo contrário, assume diferentes tipos e usos, fazendo com que não haja uma moeda abstrata, mas várias moedas relacionadas ao agente que a utiliza e ao

contexto em que se insere (RIGO, 2013). Portanto, a moeda é modelada pelas relações sociais objetivas (estrutura social) e pelas classificações cognitivas e seus significados, ou seja, a cultura. O dinheiro, moderno ou primitivo, só pode ser compreendido no seu contexto, e é, essencialmente, uma invenção humana por se tratar, em si mesmo, de uma metáfora – ele quer dizer outra coisa (WEATHERFORD, 2005). A busca por essa “outra coisa” que está presente nos mais diferentes formatos de dinheiro (moedas como sal, couro, presentes, ouro, papel) norteia o presente tópico, que busca apresentar algumas perspectivas do dinheiro para sociólogos econômicos, sob dois aspectos: o que é o dinheiro e seus significados simbólicos.

Na medida em que se estabelece a NSE, também a moeda ressurge como objeto, abordando-se sua pluralidade, bem como a de seus usos e relações que “[...] enseja em análises de múltiplos contextos e escalas [...]” (GUIMARÃES; VERETA-NAHOUM, 2017, n.p.). Estes trabalhos buscam questionar a teoria social clássica, presente com intensidade nos trabalhos de Simmel, segundo a qual mercado e comunidade, dinheiro e sociabilidade conformariam mundos hostis; em especial coloca em questionamento o argumento de que o dinheiro moderno, nas relações mercantis, teria um uso geral. Zelizer (2005), por exemplo, ao estudar os contextos familiares, busca compreender o sentido do dinheiro na intimidade dos indivíduos e de suas relações.

Viviana Zelizer em sua obra *O Significado Social do dinheiro: Dinheiros Especiais* publicado em 1994, demonstra que o dinheiro está sujeito a influências extra econômicas, a sujeições sociais e culturais, pois, para além de ser uma ferramenta do mercado econômico, o dinheiro ganha significados especiais, determinados por relações de poder, papéis de gênero, relações sociais, classe, todos os quais, influenciam a sua utilização. A socióloga busca, em um primeiro momento, compreender como se constituiu a perspectiva utilitarista do dinheiro, e faz uso das concepções de Weber e Simmel para justificar o nascimento, nas sociedades modernas, de uma racionalidade prática e materialista e ainda, compreender a dimensão do significado de dinheiro, que se torna central nas relações sociais dessa sociedade. Segundo Zelizer (2005), na medida em que o dinheiro se foi universalizando, acontece um processo de relativização do significado e das qualidades dos bens, transformando-os em meras unidades contáveis de dinheiro. Como recurso para compreensão de tal movimento, a autora vale-se também da teoria do valor de Marx, em especial do movimento de ocultação das relações sociais nas relações materiais.

Frente a este argumento, a autora verifica que o dinheiro foi se transformando em uma mercadoria impessoal, associada a uma racionalidade instrumental que permite converter todas as mercadorias (produtos, serviços, bens, relações) em valor monetário. A diferença, para a socióloga, reside no fato de que, se o dinheiro influencia as ações e relações sociais, o inverso também acontece: o dinheiro é influenciado por fatores sociais, culturais e estruturais. Para além, portanto, da utilização racional como meio de troca, o dinheiro existe também fora dos contextos de mercado, obedecendo a normas formais e informais, revestidas de símbolos, que se edificam e significam relações sociais através dos processos que lhe são associados. A essas múltiplas formas de dinheiro, a autora denomina dinheiros especiais.

A autora estuda tais significados simbólicos do dinheiro observando estas relações no seio das famílias norte-americanas, especificamente entre 1870 e 1930, no período de formação da sociedade de consumo. Percebe que existe uma diferenciação no entendimento do dinheiro em famílias de classes diferentes, e ainda conforme idade e gênero. Por exemplo, a autora percebe que o processo de obtenção do dinheiro contribui muito para a distinção do mesmo. Enquanto o dinheiro conseguido pela mulher através de trabalhos domésticos ou pequenos negócios ganhavam, nestas famílias, a dimensão de troco, e eram empregados em outras despesas ou atividades menos sérias, consideradas fúteis, o dinheiro do homem (este sim, o salário), era o verdadeiro sustento da família. A partir de diversas observações como essa, a autora demonstra que o dinheiro não é somente um instrumento contabilístico que tem valor por si só, mas que ele possui diversos significados que constroem ou legitimam sua própria utilização. Este dinheiro, para Zelizer (2005), não pode ser desprovido de símbolos quando está em interdependência e quando é moldado através de redes e de sistemas de relações sociais, através de estruturas sociais e por sistemas de significados e valores.

Desta forma, o dinheiro deve ser entendido dentro de contextos sociais particulares, uma vez que este não possui significado homogêneo; ao contrário, ele tem vários significados que regulam seu uso além de receber novos sentidos que as pessoas vão lhe atribuindo. Como destaca Leite (2009, p. 28) “[...] cada situação ou relação modela o dinheiro para essa situação, de forma que existe o dinheiro institucional, o dinheiro doméstico, o dinheiro presente e o dinheiro moral.”. Os múltiplos usos do dinheiro podem significar poder, símbolos visíveis de tipos particulares de relacionamentos sociais e significados – como o exemplo das famílias e as disparidades de gênero que são reproduzidas inclusive nas suas relações com o

dinheiro (a desigualdade fica mais aparente na medida em que observa-se a diferenciação simbólica dada a partir da obtenção e dos usos do dinheiro, e nas próprias terminologias empregadas para diferenciar o mesmo).

Em sua tese de doutorado, onde investiga os significados do dinheiro para as crianças, a pesquisadora Iani Leite ainda aponta outros trabalhos que corroboram e complementam o trabalho de Zelizer, dentre os quais destaca-se a contribuição de Nyman (2003) que adota a mesma ideia da autora mas acrescenta um significado relacional ao dinheiro, não apenas ao seu uso. Para Nyman (2003) como o dinheiro é entendido e definido passa necessariamente pelas relações que circundam tal objeto e que estão imersas nele. Isso significa, em uma instância prática, que diferentes tipos de dinheiro podem ser um meio usado para dar significado às relações familiares, às atividades e às situações.

Dentre as figuras centrais no campo da sociologia econômica estão Polanyi e Mauss, de modo que são sempre resgatados, seja para dar continuidade aos seus debates ou romper com os mesmos. Estes autores moveram-se entre campos de conhecimento, e Mauss, nas observações de Guimarães e Vereta-Nahoum (2017) permanecem sendo obrigatórios para pensar as trocas e o altruísmo mesmo nas relações contratuais modernas; Polanyi, também, com sua contribuição central a dimensão social dos aspectos econômicos, lega à NSE a proposta de uma análise da economia como processo institucionalizado, em que se substitui a aplicação dos modelos econômicos pela atenção aos sentidos nativos na análise das trocas.

Nesse sentido, o dinheiro para Polanyi possui uma definição substantiva, independente dos mercados, derivando dos usos particulares em que vários objetos quantificáveis são aplicados: pagamento, unidade de conta, reserva de valor e meio de troca. O dinheiro é definido como os objetos quantificáveis empregues em um ou em vários destes usos. As sociedades primitivas e arcaicas não conheciam o dinheiro “para todos os fins”, sendo que vários objetos poderiam ser empregues para diferentes usos sendo assim designado pelo autor por dinheiro “para fins específicos”, enquanto na sociedade moderna a unificação dos vários usos do dinheiro aconteceu sob a forma de meio de troca (MACHADO, 2009).

O pagamento, nessas sociedades, consistia na descarga de obrigações mediante a qual objetos quantificáveis mudavam de mãos e que não derivavam de uma transação econômica, porque a integração econômica e social era distinta da modernidade. Uma vez estando estabelecido o uso do dinheiro como meio de troca na sociedade, a prática do pagamento

alastra-se rapidamente. Há a introdução de espaços físicos de troca e um novo tipo de obrigação é assumido como resíduo das transações econômicas. O pagamento aparece então, como uma contraparte de uma vantagem material. Polanyi destaca:

Anteriormente, o homem pagava impostos, rendas, contribuições ou compensações (*boold-money*). Agora ele paga pelos bens que compra. O dinheiro é agora um meio de pagamento *porque* é um meio de troca. Desvanece-se a noção de uma origem independente do pagamento, e os milênios em que este derivou não das transações econômicas, mas diretamente de obrigações religiosas, sociais ou políticas são esquecidos. (Polanyi, 1968, p. 183).

Da mesma forma o dinheiro como reserva de valor aparece a partir da acumulação de objetos quantificáveis para utilização futura, possuindo a sua origem, em grande medida, na necessidade de efetuar pagamentos. O autor observa, portanto, que se o pagamento não é, originalmente, uma transação econômica, a riqueza também não. A riqueza assumia a forma de tesouro, que era igualmente uma categoria social (*treasure*). Polanyi avalia, com efeito, que o uso do dinheiro como padrão, acompanha o desenvolvimento de economias de larga escala, sendo essencial para a flexibilidade de um sistema redistributivo.

Em suma, Polanyi e os demais autores aqui apresentados ligados à NSE, analisaram a moeda como instituição social, mostrando que a moeda não está isolada de relações sociais não monetárias, uma vez que ela transmite o valor acordado socialmente e adquire significados diversos com esses vínculos. A moeda alcança características, ou significados, para seus possuidores, nas diversas relações econômicas, por exemplo, quanto à quantidade de valor que representa, a qualidade dos bens envolvidos, a finalidade dos pagamentos, as identidades dos atores (SOUZA, 2014).

2.4.4 Destaque para a não neutralidade da moeda em Marx e Polanyi

Há muitas aproximações possíveis entre as teorias apresentadas até aqui oriundas na sociologia e da antropologia e a obra de Marx, mas pra os propósitos deste trabalho uma em particular chama a atenção e é entre Marx e Polanyi sobre a questão da não neutralidade da moeda, a qual merece desde já alguma explanação mesmo que pareça algo precoce.

Polanyi, pelo exposto até o momento, mostra que a moeda se define por seus diferentes usos e contextos ao passo que Marx parte da noção de que a moeda assume valores (de uso, de troca, social) e, portanto, não é neutra. Existem diferenças fundamentais segundo RIGO (2014, p.101) entre as noções de moeda de Marx e Polanyi, porém, existem também importantes aproximações: “[...] a principal aproximação que visualizamos é a crítica fundamental das duas abordagens: a crítica à sociedade de mercado”. Para Polanyi as sociedades conheceram diversas relações entre sociedade e economia, em que tais relações eram marcadas pelo imbricamento de atividades econômicas em relações ou instituições não econômicas, reconhecendo que a sociedade de mercado é um fenômeno único e recente na história da sociedade. Ainda, o autor reconhece que enquanto a economia não era um autômato independente, não existia uma submissão da subsistência do homem às motivações mercadológicas. Marx, por outra ótica, critica a sociedade de classes baseada em um modo de produção excludente. Para ambos também foi a transformação do trabalho e da terra em mercadorias que origina a sociedade de mercado tal como a conhecemos. Nesse processo onde trabalho e terra viram mercadorias (salário e renda ou aluguel), Marx evidencia que a moeda, também torna-se mercadoria e assume o papel de equivalente geral.

É fundamental ainda destacar que, no que diz respeito à análise das moedas, os autores, na concepção de RIGO (2014) possuem pontos de partida distintos. Marx parte do capitalismo sob o aspecto do econômico que domina diretamente as outras esferas da vida e da sociedade. O contexto de análise de Marx é, portanto, uma investigação sobre como a mercadoria torna-se moeda e passa a representar uma nova noção de valor. O autor busca algumas referências históricas para compreender a moeda em outras sociedades e faz principalmente uso da sociedade feudal. Polanyi, entretanto, faz uso desse recurso em larga escala, uma vez que identifica que as ideias de comércio, usos da moeda e elementos de mercado possuem origens anteriores ao feudalismo (sociedades primitivas e arcaicas), momento em que a “[...] subordinação à redistribuição e à reciprocidade enquanto formas de integração da economia humana estão a serviço da subsistência do homem [...]” (RIGO, 2014, p.102). Ambos compreendem que a moeda não é exclusividade da sociedade mercantil, embora a moeda como mercadoria, seja, de fato, exclusividade caracterizadora desse tipo de sociedade.

Ambos ao tratar dos papéis desempenhados pela moeda tratam da não neutralidade da

mesma, que fica mais evidente na noção de moeda enquanto moeda de usos. Para Rigo (2014) tais usos estão atrelados à noção de circulação, de trocas e movimento em situações particulares; em Polanyi (2012) isso se evidencia, por exemplo, nas transações em mercados de dons e contradons nas sociedades primitivas, enquanto para Marx (2011), tais movimentos estão evidenciados no processo de acumulação que afirma a moeda enquanto equivalente geral e este reforça o valor da apropriação privada. Tal reflexão é sistematizada pela autora no quadro a seguir:

Quadro 1 – Noções para aproximações entre Marx e Polanyi sobre a moeda

	Noções	Aproximações/ distanciamentos	Karl Marx	Karl Polanyi
Aspectos gerais	Crítica fundamental	Aproximam-se	O modo de produção da sociedade capitalista é excludente	Na sociedade de mercado a economia submete a ‘subsistência’ do homem a motivações lucrativas
	Contexto de análise	Distanciam-se	Sociedade capitalista, com alguns retrocessos ao feudalismo para explicar algumas mudanças	Sociedades arcaicas, anteriores ao feudalismo, com atenção também nas sociedades primitivas
	Equivalência/valor	Distanciam-se	Existe uma igualdade de essência – o trabalho humano – que permite comparações entre mercadorias	As várias equivalências eram estabelecidas pelos governos ou tradição, com forte tendência à estabilidade entre elas
	Crédito e finanças	Distanciam-se	O crédito é o financiador do modo de produção capitalista, dentro do qual a moeda de crédito se torna meio circulante e assume funções de moeda	O crédito e as finanças não surgiram com o mercado moderno, tendo origens nas sociedades arcaicas e baseados em relações sociais diferentes da lógica do mercado
Aspectos sobre a moeda	Origens	Distanciam-se	Origem no estabelecimento de equivalências entre mercadorias (germe) e na definição do equivalente-geral ouro (forma-dinheiro)	Origem primitiva e arcaica, existindo fora de mercados e de relações comerciais, com forte aspecto contextual.

	Moeda de mercado	Aproximam-se	Âncora do sistema de produção capitalista, servindo ao seu financiamento e criando outros tipos de moeda	O mercado fazedor de preço reduz a moeda na função de meio de troca, aparentemente neutra
	Funções/usos	Ora aproximam-se, ora distanciam-se	Se definem pelo contexto (destaque para o contexto do mercado capitalista) definindo e sendo definidos pela noção de valor	Se definem pelos múltiplos usos, contextos e necessidades humanas. Destaque para a lógica da não acumulação e proibição do lucro
	Não neutralidade	Aproximam-se	Mesmo uma moeda de mercado não é neutra, pois por trás do seu uso existe todas as noções de valores (de uso, de troca e de trabalho) vinculadas	A partir dos diferentes usos e significados, ela não é neutra

Extraído de: Rigo (2014, p. 106)

O presente trabalho permitiu, até esta seção, compreender como as dimensões do social e do econômico são tratadas de forma mais imbricada pelos autores aqui propostos. Foi possível observar que, para todos, não existe uma categoria econômica separada da vida humana, a não ser de forma aparente, reforçando, assim, que a sociedade de mercado é resultado de um processo instituído, derivada de uma série de transformações, especialmente da terra e do trabalho em mercadorias. A moeda, em todos os autores, cumpre a função de signo da sociabilidade humana e, por isso, de equivalente geral de valor, o que viabiliza trocas e transações, mas que também carrega e expressa diversas outras simbologias, relações e moralidades. A moeda, portanto, como recém visto, nas concepções de Marx e Polanyi, não é neutra. A seção 3 é um exercício de observação, na prática, dos elementos teóricos até então apresentados.

3 O CASO DAS MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL E EM PARTICULAR DO BANCO PALMAS

Entende-se que a moeda social é apenas um dos vários instrumentos monetários contemporâneos e um movimento característico da Economia Solidária (ES). Parte-se da hipótese de França e Dezimira (1999), segundo a qual existe uma aproximação possível, a níveis teórico e prático, entre ES e a lógica da dádiva de Mauss, para a compreensão das moedas sociais, em especial, a moeda Palmas (P\$) no contexto até aqui expresso. O exercício de aproximar moedas sociais às contribuições da antropologia e sociologia econômica é orientado pela apreensão de que existe uma sociabilidade por trás da moeda, hora velada, hora revelada. Conforme será exposto, as moedas sociais nascem em contextos particulares característicos de movimentos da ES, os quais revestem as dimensões econômica (hibridação de atividades produtivas, de economias), social (práticas solidárias, de proximidade) e política (afirmação de sua ação como um projeto), de modo plural e híbrido (FRANÇA; DZIMIRA, 1999).

3.1 MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL E NO MUNDO

Definir moeda social só faz sentido quando estão presentes alguns elementos do seu histórico, no contexto mundial e brasileiro. Esse esforço parte de um entendimento mais completo sobre a moeda, em que não se pode excluir a diversidade de práticas que depositam na confiança o principal fator de integração dos instrumentos monetários (RIGO, 2014). Segue-se um apanhado histórico de experiências marcantes ao longo do século XX que orbitam no universo de alternativas monetárias, todas com um equivalente geral de circulação restrito, que possuem como “lastro” a confiança, se baseando nas relações sociais sob a forma de uma gestão participativa na escala do grupo.

Algumas experiências com moedas alternativas pioneiras de maior relevância do século XX, datam de 1930, na Alemanha e na Áustria, com movimentos que ficaram conhecidos como **moedas livres**. Em 1930, em Schwanenkirchen na região da Baviera (Alemanha), uma mina de carvão endividada passou a pagar seus empregados com um bônus chamado *Wära* (termo que significa mercado). Tal bônus perdia valor ao longo do tempo, o

que obrigava os portadores a utilizarem-no imediatamente. Os comerciantes da região, por sua vez, foram incentivados a aceitar a *Wära* devido à carência de Marcos (moeda oficial) na cidade; por fim, os fornecedores dos comerciantes rapidamente juntaram-se ao agregado de pessoas que transacionavam com a moeda, até que no ano de 1931 cerca de 2000 empresas já participavam do circuito. Tal movimento fez com que o Banco Central alemão interditsse, naquele ano, a circulação de *Wäras*, alegando monopólio da emissão da moeda (LIETAER, 2001).

Experiência semelhante ocorreu no ano de 1932, na vizinha Áustria, quando o prefeito de uma pequena cidade, Worgl, de 4.300 habitantes, passou a imprimir bilhetes bancários especiais enquanto enfrentava uma taxa de desemprego de 35%. O valor dos bilhetes era lastreado por somas equivalentes depositadas em um banco local. Dois anos mais tarde, Worgl reencontrou o pleno emprego a partir da criação, por parte da prefeitura, de diversos empregos ligados à infraestrutura (serviços de água, estradas, e outros). Em virtude da taxa de juros negativa (os bilhetes possuíam timbres que perdiam 1% do seu valor a cada mês), verificou-se que os bilhetes circulavam cerca de 40 vezes mais rápido que a moeda nacional. Quando outras 200 comunidades vizinhas começaram a reproduzir o sistema, o Banco Central austríaco resolveu proibir a emissão de bilhetes. Tais moedas serviram de exemplo para a criação de um movimento nos anos 30 conhecido como moedas livres, em que comunidades criavam alternativas à moeda central, em período de forte recessão (BÚRIGO, 2002). O movimento das moedas livres também se espalhou pelos EUA, até entrar em choque com os conceitos do *New Deal* de Roosevelt, que buscavam a centralização do poder federal. Igualmente, redes de troca sem moedas surgiram durante a Grande Depressão, abarcando mais de um milhão de pessoas. Tais redes de troca foram barradas tanto pelo início da Guerra quanto pelo movimento do governo federal norte-americano de centralizar as políticas de bem-estar (SINGER, 1999).

Búrigo (2002) reforça que tais experiências com moedas francas foram, em sua maioria e de forma recorrente, barradas pela soberania dos governos federais. Tais moedas nasceram em territórios com deficiências de trabalho e dinheiro oficial como alternativas para ajudar a população local. Em sua análise, o autor observa que o movimento beneficiou mais diretamente profissionais (comerciantes, artesãos e agricultores) que encontravam-se em dificuldades econômicas, do que trabalhadores e outros cidadãos em situação de exclusão.

Nota-se, entretanto, que tais moedas tiveram, sobretudo, um caráter político, não neutro, já demarcado em seu nascimento.

A proposta de uma moeda alternativa volta nos anos de 1980 em Vancouver, Canadá, quando o poder aquisitivo local começa a decair, em razão da recessão econômica advinda da crise madeireira e da transferência da base aérea norte americana situada na província. Como alternativa, criam-se os *Lets* (*Local employment and trade system*), clubes de troca onde o dinheiro é substituído por uma moeda própria. De acordo com Singer (1999), um clube de troca é uma associação de pessoas desempregadas ou subempregadas, com potencial produtivo ocioso por falta de demanda, em que os integrantes satisfazem suas necessidades trocando entre si. O segredo reside, geralmente, na emissão de uma moeda própria do clube, que gera uma demanda ao monetizar as necessidades insatisfeitas de seus membros. Cerca de 20 *Lets* surgiram no Canadá entre os anos de 1983 e 1988, dos quais muitos não sobreviveram, segundo Singer (1999) pela perda de confiança entre seus membros. Outras iniciativas inspiradas nos *Lets* espalharam-se pelo mundo, como, por exemplo, na Austrália, em 1994, onde um dos clubes obteve apoio governamental para sua expansão e consolidação, movimentando U\$40 mil por mês, entre cerca de 2000 membros.

Terminologias distintas como "moedas complementares", "moedas livres" e "moedas paralelas" caracterizam os diversos movimentos que eclodem no final dos anos 1980, desta vez, principalmente, na América Latina, castigada pela crise da dívida externa e elevada inflação interna, cuja solução passava, frequentemente, por políticas recessivas geradoras de desemprego. Para melhor compreensão daquela que é objeto desta pesquisa, a Palmas, utilizar-se-á a definição de Soares (2009, p. 255) que compreende moeda social como “[...] uma forma de moeda paralela instituída e administrada pelos seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia.”.

Outros autores vão pelo mesmo caminho. Para Lietaer e Kennedy (2010) o fato de algumas moedas complementares não terem objetivos puramente comerciais as caracterizam como moedas sociais. Já para França Filho e Silva Jr. (2009) a terminologia “moeda social” trata de moedas que estão a serviço das comunidades que as criam, apoiando-as na resolução de conflitos sociais e econômicos. Para os autores, o adjetivo “social” reflete um princípio dessas experiências, que pode ser observado na prática - a tentativa de controle político e social sobre o econômico, exercido pela organização da comunidade. A moeda social

representa o sentido substantivo da economia, em que a pauta social se sobrepõe à lógica mercantil.

Cabe ainda, uma breve citação do trabalho de Blanc (2011) que busca, a partir de um estudo amplo de moedas complementares, categorizar as mesmas a partir de seus modos e meios de circulação. O autor, na sua pesquisa compreendida no período de 1988 a 1996, identificou 465 exemplos de emprego de moedas complementares diferentes em 136 países. O autor subdividiu tais instrumentos monetários em cinco grupos, tais sejam:

- a) instrumentos monetários relativos a uma comunidade territorial: tal amostra engloba 58% da pesquisa do autor e refere-se, por exemplo, a moedas estrangeiras e bônus de privatização emitidos por um país;
- b) instrumentos monetários advindos de organizações comerciais ou administrativas: normalmente possuem validade limitada no tempo, de tipos de bens e serviços e representam 7% da amostra. São, por exemplo as milhas das companhias aéreas ou os ticket-restaurantes ofertados por empresas;
- c) instrumentos monetários criados por grupos sem intenção comercial e intervenção estatal: trata-se de uma lógica baseada na circulação de riquezas e em uma dívida social mantida indefinidamente pelo grupo. Neste item, cabem as moedas sociais brasileiras e tal categoria corresponde a 10% da amostra de Blanc (2011);
- d) conjunto de instrumentos de origem não especificamente monetária: compõe 25% da amostra, e são exemplos os bens ativos;
- e) conjunto de “paramoedas”: terminologia utilizada pelo autor para designar moedas transversais, que funcionam ao mesmo tempo como complementares à moeda nacional e para um conjunto específico de bens e serviços entre determinados atores. Representam 29% do universo pesquisado e referem-se, por exemplo, a moedas de círculos de troca restritos.

Talvez a maior contribuição de Blanc (2011) tenha sido dar às tipologias das moedas um caráter polanyiano sob o qual considerou os diferentes usos da moeda e seus princípios-guia baseado nas diferentes formas de integração social-econômica. Para o autor, as moedas

sociais são projetos de natureza comunitária, baseiam-se no princípio guia da reciprocidade, com o propósito de definir, proteger ou fortalecer uma comunidade dentro do espaço social considerado. As moedas complementares seriam de natureza econômica, guiados pelo princípio de mercado, cuja função é proteger, estimular ou orientar a economia em seu espaço de produção e troca. Já as moedas nacionais existem para redistribuição ou controle político, sob o propósito de soberania em um projeto de natureza territorial.

No tipo ideal das moedas sociais considerado pelo autor, os espaços sociais são compreendidos como um conjunto de atores de uma comunidade existente, ou gerada pelo uso da moeda como uma rede. Para Blanc (2011, p.6), esse tipo de moeda, norteado pelo princípio da reciprocidade, “[...] enfatiza a construção de bem-estar, empoderamento, autonomia e trocas sociais.”. A tipologia do autor, marcada, portanto, pelos princípios de redistribuição, reciprocidade e mercado, cuja base está na concepção substantiva da economia de Polanyi, cria tipos ideais como construções abstratas, cujo objetivo é unir exemplares coerentes sob um conjunto de traços ou propriedades por vezes não observadas na realidade. Blanc (2011) critica Polanyi pelo não reconhecimento do uso de moedas específicas na sociedade moderna. Enquanto para Polanyi, o uso da moeda moderna como meio de troca assume lugar principal, unificando e hierarquizando os demais usos, para Blanc (2011) a moeda na sociedade moderna é unitária enquanto sistema, mas fragmentada enquanto instrumento.

3.1.1 Moedas sociais e economia solidária

Faz-se necessária uma breve explicação da moeda social no contexto da economia solidária. Conforme vem sendo demonstrado ao longo desse trabalho, o sistema de valor da moeda social é diferente do conjunto de práticas e valores propostos pelo mercado convencional e pela produção de mercadorias em geral. A lógica empresarial da produção pelo maior lucro possível, agrava-se ainda mais no capitalismo com hegemonia financeira (SOARES, 2011). No lugar da concentração de rendimentos e patrimônio a partir de relações com o trabalho coletivo baseadas na exploração e na alienação - que produzem lucros sem que os trabalhadores participem de decisões e em que a remuneração do trabalho e a concessão de direitos é um bem de luxo para trabalhadores em países desenvolvidos - entra a

autogestão e retiradas planejadas. Do mesmo modo, se as práticas capitalistas levam à degradação ambiental via apropriação imediatista dos recursos naturais, a economia solidária volta-se à preocupação com o "em torno" das comunidades. Colocando em pauta mudanças na forma de produção e distribuição dos resultados, viabilidade social e ambiental, levantam pois, questionamentos sobre o paradigma das práticas de produção, de consumo e de distribuição, tanto ao nível micro, como ao nível macro.

Assim, nos últimos anos, nasceram movimentos pautados na reapropriação e atualização de velhos conceitos opostos à lógica de mercado, dentre eles a noção de economia solidária (ES) (SOARES, 2011; SINGER, 2002). Muito embora a ES esteja pautada na tradição socialista, ela vai além do pacote de desapropriação da propriedade privada pela propriedade estatal: "O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante." (SINGER, 2002, p.112).

O conjunto da bibliografia sobre a ES enfatiza como as propostas visam a construção de um sistema econômico sujeito a uma racionalidade ética, que responda às demandas de consumo e produção através de redes de cooperação que surgem através de experiências de empreendedorismo e de cooperação.

É neste contexto que está situado o Banco Palmas, caracterizado por alguns pesquisadores (BORGES 2010; RIGO 2014; SILVA JÚNIOR 2004) como um empreendimento solidário. O conceito abrange diversas modalidades de organização econômica originadas da livre associação de trabalhadores, o qual tem na cooperação e na reciprocidade, o cerne de sua viabilidade. Há também uma certa hibridação entre arranjos formais e informais e práticas não mercantis e práticas coerentes ao mercado. Uma das qualidades mais relevantes para os empreendimentos solidários reside no seu aspecto multifuncional, ou seja, sua capacidade de atuar simultaneamente nas esferas social, econômica e política (GAIGER, 2009).

Buscando não idealizar o modelo, Soares (2009) faz um contraponto relevante aos problemas advindos do posicionamento da ES como alternativa para a formação de um estilo de vida. Para a autora, em um primeiro momento, a ES pode ser apenas uma complementariedade do sistema dominante, na medida em que funciona para incluir os excluídos e propõe à estes a integração a partir da cooperação; se a ES aceitar o desafio maior

de ser, de fato, um modelo alternativo, enfrenta ainda duas questões centrais: pode trilhar o enfrentamento do modelo vigente, competindo em termos de qualidade de produtos, serviços e preços aliando à essas práticas econômicas os preceitos de uma vida melhor, ou, pode optar pela construção de um circuito relativamente isolado, sob parâmetros próprios de qualidade (SOARES, 2011). Será possível observar, no decorrer deste capítulo, que o desuso da moeda social Palmas aproxima-se da análise da autora no sentido de que a mesma não conseguiu atuar como um modelo alternativo de fato. Ou seja, afirmou-se seu caráter complementar quando a população, ao conseguir acesso ao sistema financeiro hegemônico, desacelerou sua circulação local. Além disso, ver-se-á, que a moeda social só foi possível, na medida em que criou um circuito isolado e lastreado à moeda nacional.

Importa notar que, independentemente de qual via o empreendimento solidário trilhe, a maioria das experiências têm adotado a moeda social como instrumento (monetário, político, simbólico) (RIGO, 2014). Ao que pese, ao chegar no Banco Palmas, em Fortaleza, lê-se uma placa “Bem-Vindos ao Bairro da Economia Solidária”.

3.1.2 Moedas sociais e bancos comunitários de desenvolvimento

Retomando a contextualização histórica das moedas sociais no Brasil, estas geralmente são criadas por associados de um Clube de Trocas ou por um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD). Os Clubes de Trocas² caracterizam-se tanto em torno da troca direta (sem uso de moeda) quanto da troca indireta (utilizando moedas sociais) de bens e serviços de modo sistematizado. Os BCDs são experiências recentes no Brasil, difundidos por diversos estados do país e utilizam de moedas sociais, denominadas de circulantes locais. Os clubes de troca são os modelos de utilização da moeda social mais comum na América Latina. A Argentina, segundo as pesquisas de Soares (2006) e Búrigo (2002), fornece o exemplo mais vivo da disseminação da ideia. Os clubes foram fortemente impulsionados pela crise

² Clubes de troca são grupos de uma comunidade que se encontram para trocarem bens, serviços e conhecimento entre os membros. Cada grupo constrói sua própria metodologia, de acordo com especificidades de sua realidade. Definem assim o períodos e frequências de reuniões, formas e instrumentos de mediar as trocas. A moeda social é, portanto, uma forma de mediação quando as trocas diretas não são possíveis ou não são interessantes. O primeiro clube de trocas surgiu no Brasil no ano de 1998, no município de Santo Amaro. A partir daí, surgiram iniciativas no Rio de Janeiro, no bairro Rubem Berta, em Porto Alegre, e outras cidades como Curitiba e Vitória da Conquista (BA). (RIGO, 2014).

financeira e escassez de moeda nacional nos anos 2000, atingindo 2,5 milhões de participantes no ano de 2002. Em poucos meses, entretanto, o movimento ruiu, em parte devido ao grande número de emissões descontroladas e falsificações, além da adoção de procedimentos distantes dos princípios originais dos clubes. Os clubes de troca brasileiros, da forma como se apresentam hoje, são inspirações diretas dos clubes de troca argentinos e canadenses. São vistos como alternativas de aquisição e oferta de bens em contextos econômicos difíceis.

Atualmente, a maioria das moedas sociais brasileiras advém de iniciativas de BCDs. No ano de 2017, constam cadastradas na rede de bancos comunitários de desenvolvimento do Instituto Palmas, 103 iniciativas espalhadas pelo Brasil. A adoção de uma moeda social pelo BDC é um critério para filiação à rede. O gráfico abaixo, de autoria de RIGO (2014, p.43), mostra o crescimento de BCDs no Brasil a partir da criação do Banco Palmas e que hoje constitui a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, criada em 2005, como espaço de troca de experiência entre todos os BCDs.

Gráfico 1 – Evolução do número de BCDs e de moedas sociais no Brasil (1998 a 2013)



Extraído de: Rigo (2014, p.43).

Os BCDs atuam de forma ampla na prestação de serviços bancários e financeiros, incluindo acesso ao crédito, além da circulação da moeda social. Conforme mencionado, a moeda social é uma forma de moeda criada e administrada pelos próprios usuários, no setor privado da economia. De acordo com Soares (2009), não existem vínculos obrigatórios entre a moeda social e a moeda nacional e sua capacidade de circulação baseia-se na confiança

entre usuários, que aderem à moeda de forma voluntária.

Soares (2009, p. 255) destaca que os idealizadores e participantes dessa lógica o fazem, na maioria das vezes, como forma de “[...] realocação da economia a serviço das finalidades sociais e pela reintegração de seus valores à esfera sociocultural.”. Destaca ainda, que via de regra existem dois valores fundamentais perseguidos ligados a utilização da moeda social: 1) Como meio de troca alternativo ou complementar, o qual verifica-se a crença de que através de seu uso será possível atingir melhores condições de vida; e/ou 2) prática de reconstrução da economia buscando refazê-la de forma responsável e participativa, integrada com outras esferas da vida. A autora logo conclui que, o que não deve ser ignorado é o fato de que a moeda social deve ser interpretada como uma relação monetária que serve, dentre tantas outras coisas, para colocar em evidência as relações de poder tradicionais, especificamente, a do instrumento monetário nacional.

Para Soares (2009), no *Dicionário internacional da outra economia*, coletânea que debate outros assuntos relevantes a este trabalho tais como dádiva e economia solidária, discutir o caráter social da moeda é um exercício que se propõe a resgatar o dinheiro, a instituição monetária, enquanto instituição social completa. A autora é especialmente relevante no diálogo deste trabalho, quando afirma que o dinheiro, “[...] cuja forma e procedimento transpõem determinada face para a arena de disputa de poder, estimulam certos valores sociais e reprimem outros [...]” (SOARES, 2009, p. 255). Estas formas e procedimentos imbricam-se na vida social, em todas as suas esferas; a utilização da moeda social vale-se por exemplo da responsabilidade enquanto valor estimulado, e reprime o individualismo.

A autora destaca, ainda, que cada experiência de moeda social relatada é única e possui suas variantes. Entretanto certos princípios são considerados imutáveis:

- a) a democracia participativa, que implica uma gestão compartilhada da moeda pelo usuário, de caráter transparente e com responsabilidades partilhadas;
- b) continuidade: certeza da continuidade das operações de intercâmbio, o que garante a aceitação da moeda;
- c) confiança: a mesma vai se adquirindo com o reconhecimento do grupo enquanto tal que respalda o “valor” da moeda;
- d) caráter de serviço público da moeda, que favorece a circulação e a produção

de mercadorias (e não a especulação ou outros lucros estéreis, ou seja, não existe qualquer incentivo para retenção da moeda ou cobrança de juros);
 e) a atividade econômica como provedora de bem-estar: não há a intenção de lucrar, no sentido de rentabilização sob um trabalho não remunerado ou quaisquer outros tipos de especulação.

Quando um grupo faz uso de uma moeda social, assume uma postura de autonomia sobre a emissão (normalmente descentralizada/ múltipla) e a gestão daquilo que irá funcionar como equivalente social. Por nascer na esfera privada da sociedade, não possui na retaguarda o Estado ou qualquer outra instituição fora do grupo que garanta o cumprimento dos acordos e valores assumidos. Existe, assim, apenas a confiança – coerção social – do grupo, que atua em prol da continuidade das relações acordadas. Soares (2006) em sua tese sobre moedas sociais destaca com ênfase, que a aceitação da moeda social vai até onde a confiança entre os usuários é possível. Grupos pequenos e homogêneos equacionam questões administrativas mais facilmente, porém possuem variedade de itens transacionados limitada. Quando ganham escala, tais grupos tendem a recorrer a acordos/regulamentos passíveis de cobrança judicial como medida de garantia da aceitação de valor da mesma, para além da confiança mútua; em contraponto, tais experiências tender a suprir maiores necessidades materiais dos participantes. De qualquer forma, a autora avulta que

[...] a utilização da moeda social parece sugerir um enorme laboratório social, onde como derivado dos ensaios, resultam além de algumas novas tecnologias sociais, também experimentações de alternativas. São vivências, aprendizados e desfrute de exemplos de outras formas de levar à vida, de outras maneiras de organizar a divisão social de poder, de organizar o trabalho e implementar as responsabilidades, que podem resultar em uma maior aproximação com a vivência da autonomia pessoal e coletiva. Parece ser difícil passar por um processo desse e não sair, no mínimo, vendo a moeda nacional desmistificada e as relações econômicas tradicionais como um exercício de poder. Ao que indicam as narrativas dos participantes coletadas em encontros, vídeos, feiras, ninguém sai da mesma forma que entrou. (SOARES, 2006, p. 157.)

Ainda, para Rigo (2014) existe um importante papel da moeda social enquanto tecnologia social apropriada pela comunidade para reorganização da economia local. Tal

reorganização, segundo a autora, consiste na utilização das poupanças dos moradores locais como instrumento, ou seja, o consumo e a produção acabam sendo financiados por meio do uso da moeda social, dinamizando a economia. O morador é, a partir da implementação da moeda, estimulado a buscar bens e serviços locais e a comunidade passa a compreender que existe um potencial de surgimento de novos postos de trabalho e a criação de empreendimentos locais, notadamente ligados à Economia Solidária. Existe, na ótica da autora, uma relação paradoxal de obrigação e desobrigação do uso da moeda nesses territórios que reforçam os laços comunitários e de pertencimento dos usuários. Trata-se de uma relação de obrigação, uma vez que o tomador de crédito passa a consumir somente de empreendimentos dentro do sistema e por outro lado, trata-se de uma não obrigação, na medida em que o usuário/comerciante pode não adotar tal sistema de consumo e troca. Rigo (2014) também argumenta sobre a relevância que é a observação e a pesquisa de tais moedas, pois elas permitem contra argumentar certos princípios econômicos dominantes sobre a mesma. A existência de moedas sociais é um questionamento, na prática, quanto ao caráter único da moeda, quanto à exclusividade e quanto à propriedade/soberania do estado. Para este trabalho, observar a existência das moedas sociais, é uma forma de compreender algumas facetas não aparentes da moeda, exemplificando múltiplas funções do instrumento monetário e seu papel enquanto instituição na vida social.

A expansão de clubes de trocas e outras experiências de moeda social contribuem também na discussão da relação valor-preço, permitindo, inclusive, uma reavaliação do valor social do trabalho. Para Búrigo (2002), tais experiências servem para quebrar o “fetiche” do dinheiro, oferecendo às pessoas uma noção mais acurada do papel da moeda na sociedade. O autor, em suas conclusões, faz uma provocação quanto à necessidade de pensar no caráter subjetivo do dinheiro e suas implicações socioculturais, especialmente em um momento em que este começa a aparecer, cada vez mais, em formato eletrônico nas economias capitalistas avançadas.

Após a conceituação e contextualização das moedas sociais acima, pode-se tomar a observação da moeda social Palmas como um estudo de caso para a compreensão da sociabilidade expressa por trás do dinheiro, que é a hipótese deste trabalho acerca do que acontece na região do Conjunto Palmeiras.

Seria interessante lembrar que, utiliza-se neste trabalho o entendimento de dinheiro

enquanto “cola social”, ou “mito compartilhado” descrito por Harari (2015), uma vez que o sistema relacionado ao dinheiro e sua circulação envolve mais que a definição do que vem ser a moeda (local ou nacional). Envolve todo um conjunto de regras e instituições que devem contar com a aquiescência dos nela crentes. Por isso, o dinheiro seria um mito fundador das sociedades mais complexas. A moeda é, ao mesmo tempo, o corpo material do dinheiro, que realiza as suas funções de meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor, por meio de sua materialidade física (que pode ser sal, ouro, papel ou sinais eletrônicos); e o resultado simbólico de todo o sistema instituído. É desta lógica que nasce a moeda nacional como um símbolo forte da nação e o oposto, uma moeda "doente", desacredita, que pode levar a cisões importantes.

3.2 O CASO PALMAS NO BRASIL E SEUS SENTIDOS

A moeda social Palmas, criada e gerida pelo Banco Palmas desde 2002, pode ser considerada um dos casos mais potentes no conjunto de moedas sociais do Brasil porque, além de ter sido a primeira e inspirado outros BCDs a criarem suas próprias moedas, consolidou, ao longo de 15 anos, um importante circuito em torno de sua moeda. Atualmente, o volume e a circulação das Palmas (P\$) estão reduzidos, levando o Banco Palmas a questionar a viabilidade de mantê-las na comunidade. Por tudo que foi apresentado até o momento, fica evidente que não é possível a apreensão desta moeda sem um conhecimento mínimo de sua história, lutas e organização social. Isto porque, conforma enfatiza Silva Júnior (2004), o Banco Palmas incorpora uma diversidade de práticas que articulam três dimensões: a política, a social e a econômica, as quais

[...] se enlaçam através da participação dos moradores ao redor de questões públicas e das diversas atividades produtivas empreendidas pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), no sentido reforçar a base das relações e da convivência entre os moradores. (SILVA JÚNIOR, 2004, p.25)

Vale também ressaltar que a moeda Palmas não reflete a totalidade da experiência da comunidade, mas tem papel de destaque, pois representa um meio privilegiado de viabilização das demais ações. É exatamente num contexto de busca por melhores condições de vida que

nasce a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), em 1981 e é também, em um contexto de avançada organização social que nasce o Banco Palmas (RIGO, 2014).

O Conjunto Palmeiras é, atualmente, um bairro periférico com aproximadamente 40 mil habitantes, dos quais 51.35% são mulheres. A faixa etária predominante da população é de 15 a 64 anos (64%). Na comunidade vivem cerca de 9 mil famílias, cuja renda, em 80% desses lares, fica abaixo de dois salários mínimos/mês e 70% da população não tem emprego formal (IBGE, 2010). Apesar de ainda apresentar fortes indicativos de pobreza, a região está significativamente mais segura, com melhor infraestrutura e índices econômicos do que nos seus anos iniciais.

O bairro foi forçado a existir a partir de 1973, quando, por uma ação da prefeitura de Fortaleza, decidiu-se pelo despejo e realocação de moradores, retirados majoritariamente, da região litorânea da cidade que viviam da pesca em alto mar. Tal despejo foi resultado da execução do plano metropolitano de urbanização, o qual abriu espaço para novas rodovias, especulação imobiliária e o turismo na cidade. De acordo com dados da prefeitura de Fortaleza, em estudo de 2014, intitulado *Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza* o conjunto Palmeiras aparece em último lugar entre os 119 bairros da capital, com IDH equivalente a 0,119.

As habitações foram erguidas pelos próprios moradores, em ações espontâneas de mutirões, com os materiais disponíveis: taipa, papelão, plástico. A solução encontrada pelos moradores foi a união e a atuação como grupo de pressão junto aos governos municipal e estadual para terem suas necessidades básicas atendidas. No final dos anos 70 a população havia construído uma Casa de Parto, um Centro Social e uma Escola para estudos de primeiro grau. Estas foram as três primeiras iniciativas que funcionaram como embrião para a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, a ASMOCONP, que surge nesse contexto. Seu histórico de lutas reflete-se nas conquistas hoje observadas: redes de água, esgotamento sanitário, telefonia e energia elétrica, além de outras infraestruturas que permitem acesso à postos de saúde, escolas de ensino médio e transporte. Exatamente como destacou Silva Júnior (2004) a associação trabalha sobre três planos de atuação: o político, no sentido da mobilização e participação dos moradores em questões públicas, o social, “[...] ao reforçar as bases das relações e convivência entre os moradores; e o econômico, a partir das várias

atividades produtivas que são empreendidas [...]” (SILVA JÚNIOR, 2004, p.28). Em seu processo de construção, a associação contou com o apoio de algumas entidades de assessoria ao movimento popular, entre as quais, a ONG francesa GRET, a Organização Britânica de Cooperação Internacional (OXFAM) e, a partir de ações reivindicatórias ou à submissão de projetos de desenvolvimento da comunidade, os Governos Municipal, Estadual e Federal. Entretanto, tal processo deve-se, com ênfase, ao papel central desempenhado pelos primeiros moradores que articularam a comunidade, como o Sr. José Valdo, Sr. Eliézer e sua esposa, Sra. Marinete Brito. Estes líderes comunitários são conhecidos como “lutadores de primeira hora” (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008; SILVA JÚNIOR, 2004).

No ano de 1984 chega ao Conjunto Palmeiras o seminarista Joaquim Melo, coordenador do projeto de economia solidária edificado pela ASMOCOPN após 1998. O seminarista junta-se à comunidade enquanto morador e líder local a partir de um movimento da Arquidiocese de Fortaleza, conhecido como “padres da periferia”. O movimento buscava contribuir no amparo de carentes e no auxílio à suas lutas. Este ator, central à criação do banco Palmas e à articulação na geração de renda e ocupação no bairro, desvincula-se da igreja católica, largando seu papel de agente externo para tornar-se um dos principais líderes da associação até hoje. Em 1991, organiza o Seminário “Habitando o Inabitável” com a finalidade de elaborar um plano estratégico para a urbanização do bairro até o ano 2000.

Apesar dos avanços em urbanização e infraestrutura, as condições gerais da vida humana permaneciam fortemente influenciadas pelas conjunturas políticas e econômicas superiores, com dificuldade de acesso e visibilidade à economia local. Em estudo interno, realizado pela Associação no ano de 1997, constatou-se que 80% da população economicamente ativa estava desempregada e que os pequenos empreendedores não conseguiam acesso ao crédito enquanto encaravam fortes barreiras na comercialização de seus produtos. Dada a constatação da condição de pobreza evidente da região, a associação, mais uma vez mobilizada por seus líderes, a partir de seminários e discussões comunitárias, cria, em janeiro de 1998 o Banco Palmas (BP), como alternativa para geração de ocupação e renda.

O BP implanta, de forma rudimentar/experimental, uma rede de solidariedade entre consumidores e produtores locais com o objetivo de gerar emprego e renda. O projeto visava, por um lado, estimular a produção local a partir de microcrédito (concedido em reais) e do outro, o consumo local, a partir de um cartão de crédito próprio (o PalmaCard). Joaquim,

também filiado à ONG Cearah Perifeira, articula uma doação da ONG de dois mil reais à comunidade. Este montante representou a carteira de crédito inicial do Banco Palmas (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008; RIGO, 2014).

Figura 1 – Modelo de PalmaCard



Extraído de: Silva Júnior (2004, p.35)

Rigo (2014, p. 195) destaca que “[...] os avanços nas questões sociais e políticas do bairro serviram de base para [os moradores] discutirem e avançarem na questão econômica, pois a questão do trabalho e da renda se tornou ainda mais essencial [...] na efetiva melhoria da qualidade de vida.” Por esse motivo, segundo a autora, é que o Banco Palmas foi criado, 20 anos após o surgimento da ASMOCONP. Na fachada do Banco Palmas está escrito “ninguém supera a pobreza sozinho”, frase atribuída a Paul Singer, então Secretário Nacional de Economia Solidária. Para a autora, tal sinalização está ali como representação da importância da solidariedade e das ações coletivas que visam a melhor qualidade de vida para o grupo.

3.2.1 A expansão do microcrédito

O objetivo do BP seria garantir microcrédito, concedido à população para produção e consumo local, sob juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais e comprovação de fiador ou renda. A disponibilização do microcrédito passava pelo acesso/consulta a rede de relações da pessoa, como fonte de conhecimento da mesma. A cobrança do crédito, por sua vez, passa por um mecanismo próprio de controle e coesão social, no qual, vizinhos, envolvidos no aval solidário assumem uma função de pressão moral junto ao tomador de

crédito (SILVA JÚNIOR, 2004). Fica evidente, na medida em que se compreende as práticas locais, a existência de mecanismos distintos dos mecanismos tradicionais de mercado. Nesse contexto, pode-se observar a atuação das redes e os vínculos fortes e fracos no estabelecimento de confiança, bem como uma aproximação do princípio organizacional da dádiva, de doação e obrigação entre os indivíduos ali situados, que atuam sob uma coesão social e moral coletivamente edificada.

No início dos anos 2000, as atividades do Banco Palmas começam a se complexificar, buscando atender a outras demandas dos moradores. Nesse cenário, no ano de 2002, surge o Instituto Palmas, diante da exigência de parcerias e projetos que demandavam uma forma jurídica adequada. O Instituto é criado na forma de Oscip de microcrédito e possui, atualmente, forte ação política no campo da economia solidária e dos bancos comunitários, estando envolvido em múltiplos espaços de articulação a nível local e nacional, como, por exemplo, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária (BORGES, 2010).

A moeda Social Palmas (P\$) surge em novembro de 2002, com o objetivo de fomentar o consumo e a produção local, como uma evolução do PalmaCard. O Banco Palmas entende a moeda social como um produto da linha de atuação denominada “Capital Solidário”. A P\$ passou a circular no bairro através da Metodologia Fomento, um método de promoção de desenvolvimento local que tem como objetivo ampliar o impacto das doações para projetos comunitários e expandir, de forma permanente, a demanda por produtos e serviços produzidos no local, acostumando a comunidade à uma moeda local própria. Vale ressaltar que este trabalho não tem por objetivo investigar questões de desenvolvimento local a partir da aplicação de uma moeda social, de uso restrito, mas sim, observá-la no sentido da moeda em consonância com os autores apresentados no capítulo anterior. Tal análise será possível no item 3.2.2 deste trabalho, intitulado Alcances e limites do experimento solidário da moeda social local.

Figura 2: Moeda Social Palmas (P\$)



Extraído de: Rigo (2014, p. 282)

Cabe destacar depoimento coletado, em janeiro de 2012, pela pesquisadora social Ariadne Rigo, da moradora e liderança local, Sandra Magalhães, sobre o processo de criação da Moeda Palmas: “[...] o processo é muito rico, porque cria-se um dinheiro, um valor. O dinheiro nos domina, então o fato de uma comunidade criar seu próprio dinheiro é um processo de empoderamento.” (RIGO, 2014, p. 208). Para a confecção da moeda, o Banco Palmas buscou parceria na Argentina – fonte de inspiração dos clubes de troca - pois não encontravam-se gráficas no Brasil que fizessem tal trabalho. Existem quatro mecanismos de segurança na moeda social Palmas e nas demais moedas sociais vinculadas aos BCDs no Brasil que impedem sua falsificação e garantem a aceitação entre os comerciantes: a) o número de série, pelo qual elas estão cadastradas; b) a marca d’água; c) o código de barras; d) a marca para leitura ultravioleta.

O mecanismo de funcionamento da Palmas consiste na circulação restrita, no fato de que esta é lastreada em reais, ou seja, para cada unidade monetária P\$ emitida, há um valor correspondente em real em um fundo administrado pelo Banco Palmas e a mesma é de livre aceitação. Os empréstimos concedidos em reais aos empreendedores locais devem ser devolvidos em moeda local (P\$) que, por sua vez, chegam até os mesmos através do consumo dos moradores aderentes à moeda por microcrédito e por trabalhadores de projetos sociais em execução (que trabalharam, por exemplo, na construção da Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária, a Palmatech, e recebem cerca de 80% de sua remuneração em P\$). Os trabalhadores do projeto social são, portanto, majoritariamente remunerados em P\$ e para tanto, precisam acreditar que poderão utilizá-la amplamente no comércio local (BORGES,

2010). No lançamento das Palmas, no conjunto Palmeiras, apenas dois empreendimentos a aceitavam. À medida que estes comerciantes obtiveram aumento nas vendas, outros empreendimentos concorrentes e complementares aderiram a moeda social. No ano de 2014, existiam 240 estabelecimentos que aceitavam a Palmas no bairro e na circunvizinhança. No entanto, estima-se que um número maior do que o registrado a aceite, uma vez que muitos a recebem de modo informal e utilizam-na para comprar insumos dentro do próprio bairro (RIGO, 2014).

A utilização de uma moeda de circulação local e a administração de um cartão de crédito por um Banco que não se constitui, legalmente, como instituição financeira deram início aos conflitos entre o Banco Palmas/ASMOCONP e o Banco Central do Brasil (Bacen). Já em 1998 a Associação foi procurada pelo Bacen para prestar esclarecimento sobre a forma como captava investimentos para ampliar sua carteira de crédito, criando um fundo que remunerava os depositantes, os moradores do Conjunto Palmeiras. O Bacen compreendeu que essa prática de captação de recursos, de fato, constituía na formação de poupança, e atentava contra o Sistema Financeiro Nacional. A ASMOCONP/Banco Palmas acatou as recomendações do BACEN e deixou de captar recursos na forma de investimento e poupança dos moradores.

Em 2003, um novo episódio de tensão se configurou entre o Bacen e o Banco Palmas, devido à emissão das moedas sociais, o que configurou em uma acusação de crime contra a união por emissão indevida de meio circulante (moeda). O Ministério Público Federal foi acionado e os coordenadores do Banco Palmas foram convidados a prestar esclarecimentos à delegacia distrital da polícia civil próxima ao Conjunto Palmeiras. O delegado responsável enviou parecer ao MP enfatizando o caráter social da moeda, no sentido de que esta atuava na edificação “[...] das relações de proximidade, confiança e vizinhança no bairro.” (SILVA JÚNIOR, 2004, p.59). Desperta interesse para este trabalho a observação de tal parecer, que confia à moeda a representatividade de graus de associação e relação possíveis entre os moradores, ou seja, confirma, em certa medida, seu uso como uma ação política da comunidade. Por fim, o Ministério Público Federal compreendeu que a ASMOCONP/Banco Palmas não cometera crime contra a união. Evidenciou-se o seu forte trabalho socioeconômico, e estabeleceu-se que, a utilização de moedas sociais não atentava contra a soberania da moeda nacional, uma vez que a mesma permanece em circulação com um

equivalente em real e tem seu acesso restrito/local (RIGO, 2014).

Pertence, no entendimento do contexto de atuação do Banco Palmas, compreender brevemente os formatos de crédito concedidos a fim de entender seus alcances monetários. Os valores abaixo são de julho de 2011, obtidos junto ao Instituto Palmas, em documento interno, na obra de França Filho *et al.* (2012). Os produtos financeiros do Banco Palmas podem ser subdivididos em dois grupos, conforme mencionado anteriormente: microcrédito para produção, concedido em reais e o microcrédito para consumo, concedido em moeda social. Na categoria de microcrédito produtivo existem subcategorias que variam de acordo com as características do solicitante/empreendedor, o valor do empréstimo, das taxas de juro e dos valores de reembolso mensal. A linha empresarial, maior linha de crédito do Banco Palmas, é destinada a empresários locais, no valor de até R\$15.000,00; já a linha de Economia Popular e Solidária, destinada a constituição de empreendimentos solidários e a grupos que pretendem produzir coletivamente concede crédito de até R\$ 500,00. Abaixo, demonstra-se um quadro elucidativo, elaborado por França Filho *et. al* (2012) que expõem as diferentes linhas de microcrédito produtivo e o montante total emprestado no período de 01 de janeiro a 31 de julho de 2011, equivalente a R\$1.298.000,00.

Tabela 1 – Volume de crédito dentre as diferentes carteiras do Banco Palmas

Cifras de 01 de janeiro a 31 de julho de 2011									
Tipo de crédito	Valor de Crédito (em R\$)	Tx. De Juros (%)	Qtd. de créditos	Qtd. de crédito no total concedido	Valor total por tipo de crédito (em mil R\$)	% do valor na carteira de crédito	Tx. De juros média	Total de créditos concedidos	Valor total emprestado (em mil R\$)
Empresarial	Até 2500,00	2,5	245	9,90%	274,26	21,13	2,81	2476	1298,22
	2501,00 a 5000,00	3	58	2,34%	196,18	15,11			
	5001,00 a 15000,00	3,5	49	1,98%	481,5	37,09			
Economia Popular e Solidária	Até 500,00	2,5	322	13,00%	113,67	8,76			
Casa produtiva	Até 450,00	2	16	0,65%	7,85	0,60			

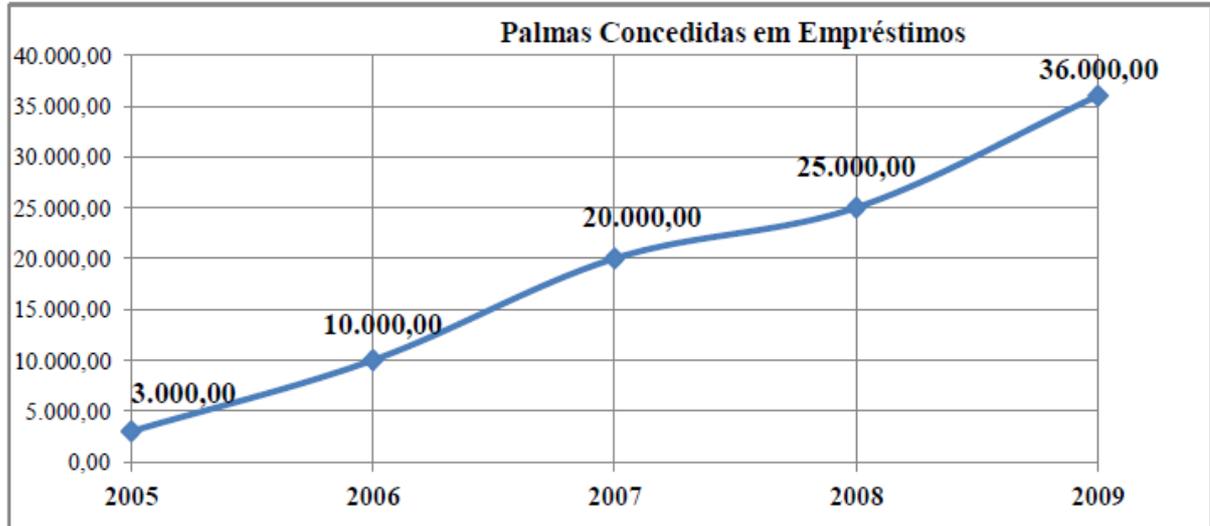
Revendedor	Até 400,00	2,5	114	4,60%	49,77	3,83			
Bolsa Família	Até 150,00	1,5	1672	67,53%	174,95	13,48			

Fonte: França Filho *et al.* (2012, p.04)

Na linha de crédito para consumo, fundamental na emissão de moedas social na comunidade, o valor máximo de microcrédito concedido era de 600 P\$. As razões para o empréstimo, segundo Rigo (2014) não interessam ao Banco Palmas. É uma linha que, geralmente, atende às necessidades imediatas dos moradores, motivadas pelo término do salário no fim do mês. Segundo dados do Instituto Palmas (em documento interno referido no trabalho de Ariádne Rigo), de 2007 a 2009, foram realizadas 3.139 operações de crédito, com volume emprestado de mais de 4 milhões de reais. No período, 2.500 famílias foram beneficiadas com o mantimento de 8 mil postos de trabalho e 2 mil postos gerados. Em janeiro de 2012, estimava-se que quase 40 mil Palmas circulavam no bairro. Ainda, segundo palestra proferida por Joaquim de Melo Neto, os 103 bancos de desenvolvimento comunitário registrados no Brasil movimentaram, no ano de 2012, 20 milhões de reais em microcrédito³. No Gráfico 2, é possível notar o aumento do volume de Palmas lançado na comunidade ao longo de 5 anos (2005 a 2009) apenas sob a forma microcrédito para consumo:

³ Informação fornecida por Joaquim de Melo Neto, na palestra “O início dos bancos comunitários: Conjunto Palmeira e o surgimento do Banco Palmas” no evento de lançamento Projeto Visão de Sucesso no Nordeste. Disponível em: <goo.gl/iKWWyz >. Acesso em: 10 nov 2017.

Gráfico 2 - Evolução do volume de Palmas emitidas sob a forma de empréstimo para consumo (2005 a 2009)



Fonte: França Filho *et al.* (2012, p.34)

Destaca-se ainda, que quando questionados em 2008, sobre os motivos que levam a usar a moeda Palmas, 43% dos moradores responderam que era para ajudar o comércio do bairro; 22% alegaram que o fazem pelo desconto de 5% oferecido por alguns comerciantes na utilização da moeda em detrimento do real e 17% por receber parte da remuneração em Palmas (RIGO, 2014). Isto comprova, em certo grau, o sucesso do objetivo inicial da ASMOCONP/Banco Palmas de incentivar o consumo local e a retenção das poupanças dos residentes. Entretanto, pode-se dizer que o experimento foi bem-sucedido? Atualmente a moeda social Palmas está em desuso ao passo que a circulação monetária local continua elevada; os moradores do Conjunto Palmeiras obtiveram aumento de suas rendas, acesso ao sistema financeiro tradicional e infraestrutura de acesso à região central da cidade, mas optam, em sua maioria, por consumir localmente (RIGO, 2013).

As contradições evidenciadas no relato acima servem de análise aos limites e alcances de tal experimento e apontam os elementos a serem destacados à luz dos conceitos da antropologia e da sociologia econômica.

3.2.2 Alcances e limites do experimento solidário da moeda social local

Apesar da atuação do Instituto Palmas cada vez mais forte no cenário da economia solidária no Brasil e no contexto dos BCDs, a circulação da moeda social P\$ está em

progressivo desuso nos últimos anos e poucos trabalhos buscam compreender esse fenômeno. RIGO (2013) faz uma breve análise do caso, e denomina tal movimento de paradoxal: isto porque, nota-se que ao mesmo tempo em que existe o desuso da moeda social de maneira generalizada e progressiva entre os moradores e comerciantes, o consumo no bairro mantém-se elevado. A autora, a partir de entrevistas com os representantes da Associação do Conjunto Palmeiras e do Banco Palmas, levanta uma hipótese:

[...] parece que a moeda social cumpriu seu papel principal, ou seja, o de fazer com que as pessoas consumissem no bairro. Seria como um ciclo que estivesse a ponto de terminar? O Palmacard é um exemplo disso, pois deixou de ser utilizado após a introdução da moeda social. (RIGO, 2014, p. 217).

Joaquim de Melo Neto, presidente da Associação, questiona se a moeda social deve ser, de fato, eterna, bem como os custos que envolvem a manutenção da sua circulação. Para Joaquim, as moedas sociais devem ser vistas como “um instrumento com papéis a cumprir” (RIGO, 2014, p.217). Dentre as hipóteses levantadas pela autora para o desuso da P\$ está: a) a não atração dos moradores pelo desconto de 5% oferecido nas compras com moeda social por alguns estabelecimentos; e/ou b) a conquista do acesso ao cartão de crédito pelos moradores do bairro, que antes não possuíam contas bancárias. Assim, o aumento da liquidez e a possibilidade de acesso ao real, antes restritas à comunidade, passam a influenciar negativamente o uso da moeda. Entretanto, cabe o destaque de que, de acordo com o mapeamento da produção e do consumo empreendido pelo Banco Palmas, entre 93% e 95% dos moradores consomem preferencialmente no próprio bairro, o que denota o sucesso do projeto inicial, que tinha por objetivo estimular a circulação de poupança interna, para captação de renda e geração de empregos (RIGO, 2017).

Em empreendimento realizado em novembro de 2013, a pesquisadora Ariádne Rigo (2014; RIGO e FRANÇA FILHO 2017) elaborou um mapeamento dos fluxos monetários da moeda social na comunidade, em formato de redes sociais, identificando os atores (nós) e as relações entre eles (laços). Identificou-se 99 nós e um emaranhado complexo de relações socioeconômicas e de trocas. Alguns atores possuem papéis preponderantes no circuito, como o próprio Banco Palmas que atua como emissor e gestor da moeda e portanto, assume papel de centralidade na análise das redes sociais. Cabe destacar que o principal papel do Banco

Palmas acaba sendo o de receptor, muito mais do que de emissor. Isto porque, conforme apresentado em capítulo anterior, a emissão de moeda social está fortemente ligada ao microcrédito para consumo, linha que sofreu forte interrupção de demanda – sob a hipótese do acesso ao crédito nacional por parte dos moradores.

Evidencia-se que os fluxos estão diminutos muito mais por não aderência da comunidade do que pela opção de não aceitação dos comerciantes locais. A autora destaca que, das 40 mil Palmas emitidas de 2002 a 2013, puderam ser mapeadas, em novembro de 2013, 27 mil disponíveis. Conclui-se que, tal desuso, deve-se notadamente a um aumento da renda dos moradores; ao acesso ao sistema financeiro nacional via cartões de crédito e conta bancária; à interrupção de parte do pagamento em P\$, pelo Banco Palmas, à seus funcionários; a interrupção da divulgação por parte do BP/ASMOCONP da moeda (dados os custos elevados de manutenção frente ao desuso da mesma), e por fim, ao assalto ao banco, ocorrido em janeiro de 2013, que levou o banco a retirar as moedas P\$ de circulação, e reimprimir novas, o que causou forte confusão entre os comerciantes e resistência à sua aceitação após o assalto.

A associação buscou alternativas à tal evidência, das quais nenhuma passava pelo esquecimento da moeda. Destacam-se duas: a criação de um museu e alternativas eletrônicas (e-dinheiro) para a utilização da P\$. O museu conta a história do Conjunto Palmeiras, da moeda social Palmas e de outros BCDs que compartilham de lutas tais como a da comunidade. Esse espaço

[...] na sua simplicidade e repleto de significado, representa a importância do protagonismo dos moradores na luta contra a pobreza extrema, tendo no Banco Palmas e na moeda social exclusiva do Conjunto Palmeiras os emblemas da sua capacidade de construir sua própria história e reconstruírem o lugar onde moram. (RIGO, 2014, p.238).

A iniciativa de criação de um laboratório de tecnologia próprio, o PalmasLab para investigar possíveis soluções à comunidade arrecadou parcerias importantes, como uma equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, que intencionou criar um sistema de pagamento próprio do Conjunto Palmeiras. Segundo o site do Instituto Palmas,

O Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias (PalmasLab) é uma iniciativa do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária / Banco Palmas e tem como finalidade potencializar e dar escala as Finanças Solidárias, através do uso da tecnologia da informação (TI), dentro dos princípios da Economia Solidária. (INSTITUTO PALMAS, 2017).

Não foi possível, até a conclusão deste trabalho, captar novas informações quanto às iniciativas do PalmasLab e da criação do e-dinheiro, lançado em 2015, devido à ausência de novos relatórios publicados pelo Instituto. Entretanto, lembra-se que este trabalho tem por objetivo investigar as relações postas, até o presente momento, da comunidade Palmeiras com a moeda social Palmas, a partir do arcabouço teórico da antropologia e da sociologia econômica anteriormente expostos. Sem perder isso de vista, burcar-se-á uma breve exposição de tensões, aproximações e limites possíveis entre prática e teoria.

Destarte, fica evidente que existe um limite entre as relações de soberania nacional e da moeda local. Esta afirmação pode ser observada em dois momentos distintos da história do Banco Palmas. Em um primeiro momento, o qual evidencia o lugar de disputa de poder expressa pelo uso de uma moeda local, remonta ao processo de crime contra a União instituído pelo Bacen. Ali foram estabelecidos limites claros para que um grupo comunitário pudesse atuar nesse sentido: era necessário que o lastro fosse em reais e que seu uso fosse delimitado. Ao logo do tempo foram implementadas políticas públicas de finanças solidárias com apoio direto do governo federal. Isto foi possível a partir de iniciativas e estudos dos BCDs, do Estado, da ação direta de Entidades de Apoio e Fomento e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (criada no ano de 2003). Compreendeu-se, portanto, que tais moedas não representavam disputa, mas complementaridade à moeda nacional (RIGO, 2014; BORGES, 2010). Em um segundo momento, refletido no desuso da moeda Palmas, pode-se perceber que a soberania da moeda nacional fez-se valer na prática. O acesso ao crédito e o aumento da renda dos moradores evidenciou a dificuldade de permanência, em situações mais estáveis econômica e socialmente, de moedas alternativas.

Silva Júnior (2004) também se propôs a identificar uma série de tensões no contexto de gestão do BP, na medida em que caracteriza este como um empreendimento solidário. Busca contribuir no sentido de verificar como convivem as lógicas solidária e mercantil. O autor identifica que, a partir da instituição do Banco Palmas e da possibilidade de

microcrédito para a comunidade, houve uma transformação na atuação da ASMOCONP/Banco Palmas. Por 20 anos, a experiência comunitária no Conjunto Palmeiras constituiu-se na gestão, por parte dos moradores, das lutas e projetos coletivos de construção, realizados em formato de mutirão. Neste cenário, de luta pela melhoria urbana, todos participavam e sabiam seus papéis. Entretanto, gerir um banco exigia uma lógica de ação distinta, que não foi compreendida por muitos dos moradores atuantes na comunidade. Foi necessário adotar uma postura mais burocrática e mercantil ao passo que a Associação, possuía, na sua gênese uma lógica de ação mais solidária. A ASMOCONP passava a assumir, simultaneamente, a perspectiva da mobilização social, sem segregação de famílias e indivíduos, e da ação de seleção de moradores que teriam acesso ao crédito ou aptos a possuir o PalmaCard. Os papéis dos moradores foram acrescidos: passaram de moradores do conjunto Palmeiras para potenciais clientes do Banco Palmas. O autor traz alguns exemplos, evidenciando certas restrições de acesso à informação ou quanto a benefícios distintos quando o cidadão está no papel de morador versus quando está no papel de cliente.

Silva Júnior (2004) identifica, pela análise histórica da ASMOCONP/Banco Palmas, duas lógicas organizativas distintas predominantes: uma tinha caráter de luta política, que mobilizava uma lógica político-comunitária e, em um segundo momento, com a criação do Banco Palmas, uma lógica mais econômica, que conflita com a lógica solidária da ASMOCONP. Outro indicativo de conflito se dá no fato de que, na medida em que o Instituto Palmas passa a atuar na rede de BCDs brasileiros, começa a falhar na comunicação com seu público interno. A associação, que tinha por objetivo atuar na melhoria da qualidade de vida socioeconômica da comunidade, passa a deslocar recursos (pessoas e tempo) na promoção externa de suas ações. Tal conflito, também evidenciado no trabalho de Rigo e França Filho (2017), mostra que, embora grande parte da comunidade conhecesse a existência da moeda Palmas, no ano de 2013, haviam indivíduos – comerciantes e moradores – que não compreendiam seu funcionamento e por tal motivo, não aderiam à moeda. Na análise de Silva Júnior (2004), pode ter ocorrido uma perda de foco por parte da Associação ao sair para uma perspectiva de ação regional/nacional sem ter alcançado uma consolidação de sua atuação na comunidade.

4 A SOCIABILIDADE POR TRÁS DA MOEDA SOCIAL PALMAS

O presente capítulo busca associar, de forma sucinta e dentro dos limites possíveis de uma monografia, os capítulos 2 e 3 a fim de confirmar a hipótese levantada, de que, de fato, a moeda social Palmas é uma expressão da socialização primária e secundária do Conjunto Palmeiras, sendo política desde seu nascimento.

4.1 AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA ECONÔMICAS APLICADAS À MOEDA SOCIAL PALMAS

Foi visto que a antropologia e a sociologia econômica atuam de forma essencial na análise do contexto das moedas sociais porque mostram que, de fato, a economia não dá conta de explicar o emaranhado de relações entre as pessoas, entre as pessoas e as coisas e entre as pessoas e o dinheiro. Para Mauss e seus pares, atribuir sentidos de ser e de se relacionar com os objetos – dentre os quais mercadoria e dinheiro – é parte constitutiva do processo de criação de sujeitos. As relações humanas e suas transformações são processadas no mesmo universo em que existe a subjetivação das coisas e a objetivação das pessoas (NEIBURG, 2010). O uso de moedas sociais pela BCDs indicam que existem uma série de experiências que se baseiam nos laços sociais e nas relações de confiança.

Blanc (2011) refere-se às moedas sociais como instrumentos monetários que nascem de uma lógica baseada na circulação de riquezas e em uma dívida social mantida indefinidamente pelo grupo. O autor compreende que, o estabelecimento de uma dívida nas relações de troca pode ser explicado pela teoria maussiana da dádiva. Essa dívida constitui uma relação durável entre grupos de indivíduos, tal qual percebe-se na relação que ocorre entre a rede de aceitação das Palmas e o Banco Palmas. É a confiança que permeia as relações entre o BCD e a comunidade. Para Rigo (2014, p.41) “[...] o movimento entre as ações da tríplice ação dar-receber-retribuir estaria menos presente nas relações entre os atores da rede (indivíduos e empreendimentos) e mais evidente no conjunto de ações do BCD para com a comunidade e vice-versa.”.

Recorda-se que a dádiva é entendida por Jacques Godbout (1992) como uma forma de circulação de bens e/ou serviços que não pertencem nem ao circuito do mercado, nem do

estado, e que acontece em nome do laço social. Esta pode atuar no espaço das relações próximas – amigos, família – bem como entre desconhecidos, especialmente em momentos de crises da vida atual. Refletir sobre a dádiva, para o teórico, é tentar compreender o que é uma obrigação social ou moral. Enquanto no mercado procura-se eliminar a dívida pelo pagamento de contraprestações monetárias, na dádiva busca-se manter a dívida para a manutenção do sistema de trocas. Vale ressaltar que a manutenção da dádiva não significa a diminuição da liberdade. Na verdade, o ator busca aumentar a liberdade alheia uma vez que esta é condição prévia do valor que ele reconhecerá no outro.

Utilizando Martins (2005) e Rigo (2014) é possível alocar os atores e compreender como os vínculos se perpetuam em Palmas. Segundo os autores **a dádiva constitui o sistema que explica o surgimento do fato social total**, obedecendo a três movimentos: o de dar, o de receber e o de retribuir. Assim, o Banco Palmas dá algo para alguém – atua como donatário da comunidade, facilitando a concessão de empréstimos e tornando este processo “familiar”, trazendo-o para dentro dos limites da comunidade. O recebedor-morador, ao ter suas expectativas satisfeitas, retribui ao estabelecer uma relação de confiança e legitimar o BCD, acreditando e perpetuando seus mecanismos, dentre os quais, a moeda social. Martins (2005, p. 9) ainda destaca que “[...] por vezes, o recebedor pode aceitar o bem apenas para não romper a cadeia de ações significativas voltadas para reforçar a dependência interpessoal.”. Este movimento pode ser mais fortemente observado nos anos iniciais da P\$, quando pelo menos 240 empreendimentos aceitavam a moeda e existia, em cerca de 43% da comunidade, o interesse de comprar de seus próximos com a finalidade de ajudar a comunidade.

O paradoxo apontado por Caillé (2002) entre a obrigação e a liberdade também pode ser exprimido da prática da utilização da P\$. Tal movimento acontece quando observa-se que a aceitação da moeda é livre, mas também pode ser vista como uma obrigação. Evidências disso são as campanhas de sensibilização do banco Palmas enfatizando a importância da utilização da P\$ para a manutenção da riqueza no bairro; o pagamento dos salários dos trabalhadores comunitários em P\$ e o próprio empréstimo para consumo que só acontece na moeda social.

Buscar compreender a experiência da moeda social Palmas a partir da ótica da dádiva é agregar entendimentos mais amplos acerca do papel exercido pela moeda na comunidade. Mesmo quanto o dinheiro entra no sistema, como no BP, seu valor monetário não é a razão

principal da troca. Ao contrário, “[...] o dinheiro termina sendo naturalmente ressignificado por outras determinações [...] que ditam como, quando e a quem o dinheiro deve beneficiar.” (MARTINS, 2005, p.10). É por isso que a dívida é relevante na discussão das redes sociais que se formam em um espaço entre o mercado e o Estado, no âmbito privado da economia (SOARES, 2009) e que influem sobre o desempenho destes (CAILLÉ, 2002). Para Caillé (2002) são esses paradoxos da dívida – liberdade, obrigação, interesse e desinteresse – que permitem a compreensão da prática social como uma totalidade simbólica de fluxos e refluxos de bens e serviços, sendo a geração de vínculos sociais o maior objetivo da ação. Assim, no sistema social da dívida, o vínculo é mais importante que o bem, o que permite a compreensão plural do sistema social: há uma importância simbólica, sociológica, econômica, ética, política e filosófica na ação social.

Para Rigo (2014, p. 241), o desuso da moeda na comunidade aponta que a mesma possui um caráter mais fortemente condicionado à satisfação de uma necessidade econômica. Tal observação realizada parte do entendimento de que “[...] os atores confiam no Banco e na moeda, mas a satisfação de uma necessidade ou o interesse permanecem privilegiados quando da decisão de usar ou não a moeda.”. Este aspecto pode ser mais fortemente observado nos últimos anos da moeda. Entretanto, tal observação não pode ser compreendida como uma verdade total do caráter da moeda. Como a própria autora destaca, o BP/ASMOCONP teve forte papel nas lutas socioeconômicas da comunidade nos anos iniciais e a moeda, nasce com um caráter político, de empoderamento da comunidade frente à uma realidade que a marginalizava.

O exercício de aproximação do caso Palmas com a teoria polanyiana exigiria uma pesquisa mais profunda numa ou nas três linhas seguintes:

- a) a natureza das trocas e seus desdobramentos profundos na organização da sociedade, onde seriam cruciais as análises de Polanyi dos sistema de reciprocidade, distribuição e troca mercantil (POLANYI, 1957);
- b) a forma como uma economia popular paralela funciona no capitalismo como válvula de escape às contradições do sistema, particularmente evidentes nos momentos de crise, o que explicaria o apoio do poder público e que Polanyi caracteriza com um “duplo movimento” do Estado que, ao apoiar o capital, tem também de compensar o que esse apoio gera em termos de

instabilidade social (POLANYI, 1980);

c) a natureza e os sentidos do dinheiro. Dado a impossibilidade de numa monografia proceder a esta análise extensa, far-se-á a seguir apenas uma aproximação das mesmas que espera-se que seja útil a investigações futuras.

Também Zelizer (2005), enfatiza a não exclusividade da moeda em torno de suas funções econômicas dando ênfase às relações que seus usos tem com seus contextos. Ao demonstrar, pela etnografia que algumas moedas eram usadas para presentear em casamentos, outras para comprar alimentos, outras para indenizar insultos e prejuízos, a autora evidencia as moedas não como um objeto com alguma particularidade física. As qualifica em razão de seus usos e das significações individuais que lhe são atribuídas do fato das mesmas corresponderem a uma existência social cotidiana.

Conforme visto previamente, Polanyi (2012) enfatiza que a sociedade de mercado imprimiu à moeda a função principal de meio de troca, e a partir desta agregou as demais funções – meio de pagamento, padrão e reserva de valor. Viu-se que nas sociedades antigas, esses usos eram distintos e realizados por objetos diferentes. O uso de determinados objetos dependia de uma série de contextos e necessidades reais a serem satisfeitas, de modo que a contrapartida para um familiar sobre a transação (x) poderia ser expressa de forma diferente (outro objeto e outro valor) do que se transacionada com um indivíduo desconhecido. A especificidade estava nos objetos comprados e trocados e nas suas relações. No caso Palmas, Rigo (2014) apronta que tal especificidade não está no objeto mas no lugar onde ele se encontra: dentro da rede de aceitação das P\$, onde pode-se comprar tudo o que se deseja.

Outra aproximação possível refere-se ao agregado de funções da moeda no sistema mercantil. As moedas sociais brasileiras, de modo geral, são objetos monetários únicos que desempenham a maioria das funções monetárias tradicionais – conforme descrição de Soares (2009) no capítulo 3. Entretanto, as moedas sociais, em geral, possuem uma de suas funções fortemente desestimuladas: a de reserva de valor. Taxas de juros negativas, como as experiências alemãs e francesas são alguns dos mecanismos utilizados para que ocorra a forte circulação das mesmas. Isto porque a criação de uma moeda social tem como intuito claro aumentar a circulação de riquezas e dinamizar a economia local. Embora a moeda não seja o único instrumento para tal efeito, ela é central. No Conjunto Palmeiras, há um incentivo para

que os comerciantes, ao receberem em P\$ não as troquem no BP, mas que a utilizem internamente para adquirir insumos. Tal ação contribui para o estabelecimento de um circuito relativamente independente do banco, o que garantiria velocidade e aumento das trocas na rede.

O grau de unificação com os sistemas simbólicos que difere a moeda moderna das primitivas e arcaicas, como aponta Polanyi (2012) também atua de maneira diferente no caso das moedas sociais. Conforme observado, as moedas sociais deixam em evidência os usos diferenciados dentro de um sistema mercantil. Evidenciam-se por exemplo, as funções política e simbólica tanto no seu uso quanto no seu processo de criação (RIGO, 2014).

Na análise da rede de aceitação que se observa no Conjunto Palmeiras e arredores, utiliza-se Granovetter para ensaiar algumas aproximações possíveis. Como visto, o autor embasa suas reflexões sobre princípios, tais como a compreensão de que **a ação econômica é uma forma de ação social** e que **as instituições econômicas são construções sociais**. Ao olhar para o caso Palmas sob a luz destes princípios, é possível compreender porque o autor julgava essencial identificar as formas de inserção social das ações econômicas e a influência dessas relações sociais nos resultados econômicos. Sua tese era a de que os indivíduos tomam decisões quanto mais fortes são os vínculos em suas redes (Kaufman, 2012) e de que, justamente as redes, contribuam para o enraizamento do econômico no social. A escolha de uma moeda social enquanto instrumento para uma série de lutas e reorganização de pautas, no Conjunto Palmeiras, faz sentido quando compreende-se que a ação econômica também é orientada por objetivos sociais, enraizada em sistemas de redes concretas de relações sociais (GUIMARÃES; VERETA-NAHOUM, 2017). Para Caillé (2009) a teoria das redes ajuda a compreender que os vínculos não residem na racionalidade individual, mas nas redes e na confiança que liga os membros. Portanto, a rede é um vínculo de dádiva e contra-dádiva, que mantém a confiança e a reciprocidade entre os membros. Analisar a moeda Palmas no conjunto de sua comunidade é compreender o valor simbólico da moeda, que ultrapassa o objetivo puramente econômico e reflete as relações daqueles que a constituem e mantêm (ZELIZER, 2005).

4.2 A MOEDA SOCIAL REVELARIA O QUE A MOEDA NACIONAL VELA

Ainda, é possível compreender que a moeda social Palmas coloca em destaque as qualidades veladas na troca de mercadorias apontada por Marx. Ao estabelecer pontes entre a comunidade a partir da utilização da P\$, os pares reconhecem seus trabalhos, desmistificando o uso da moeda como relação entre as pessoas. Retoma-se, no conjunto, a importância dos trabalhos dos indivíduos. Em depoimento prestado no documentário “Palmas”, Joaquim de Melo Neto afirma que a criação da moeda partiu do entendimento de que a classe trabalhadora local era antes um grande potencial produtivo do que um potencial consumidor. Tal percepção influenciou na grande distribuição de microcrédito para empreendimentos locais e colocou na agenda dos moradores a compreensão de que o valor estava em seus trabalhos, e não do próprio dinheiro. O processo pedagógico de criação da moeda, levou a comunidade a entender que existem diversos mecanismos para atuar na transformação de sua realidade. **Um destes mecanismos é o dinheiro** (RIGO, 2014).

O misticismo acerca da moeda, já investigado por Marx, mas também recentemente por Aglieta e Orleans (1990), reforça a importância simbólica do mecanismo criado em torno da moeda. No conjunto Palmeiras, a comunidade criou, imprimiu, usou e gerenciou sua própria moeda, em um exercício concreto de retomada e disputa socioeconômica. A simbologia deste empreendimento é reforçada pelo reconhecimento externo da mídia, da academia e pelos inúmeros visitantes que buscam o bairro enquanto curiosos e entusiastas. Dentre estes, o governo venezuelano, que nos anos 2000 montou uma delegação para aprendizagem e troca com a comunidade.

Vale-se, na compreensão desta aproximação entre as contribuições de Marx e o caso Palmas, uma citação direta de Rigo (2014), que aponta que as moedas sociais dos BCDs brasileiros funcionam como

[...] mecanismos a serviço de uma economia que movimenta e integra uma pluralidade de princípios (econômicos, de reciprocidade, de confiança) e funções (simbólicas, pedagógicas, de estabilidade). São criadas num contexto histórico, político, cultural e social para estarem a serviço também de um mercado local. Portanto, não são neutras; são moedas de uso. (RIGO, 2014, p. 247).

A diferença entre uma moeda social e uma moeda nacional reside, principalmente, nos graus e formas de expressão da sociabilidade por trás deste signo. A moeda social torna aparente as relações e escolhas de valores de determinado conjunto de pessoas, uma vez que são, na definição de Blanc (2011), projetos de natureza comunitária, os quais baseiam-se no princípio guia da reciprocidade, sob o propósito de definir, proteger ou fortalecer uma comunidade dentro do espaço social considerado. Já as moedas nacionais existem para redistribuição ou controle político, sob o propósito de soberania em um projeto de natureza territorial; suas relações e princípios são velados sob o argumento puramente econômico, e difusas em um sistema de créditos e capitalismo financeiro.

Aqui encerram-se os limites desta monografia na realização de uma aproximação teórica às questões práticas. Espera-se que esta possa servir de apoio para investigações mais aprofundadas quanto aos sentidos do dinheiro e as possíveis pontes para o entendimento de novos instrumentos monetários tais quais as moedas eletrônicas; também constata-se um campo de estudo aproximado acerca da violência carregada pela moeda e expressa nas crises econômicas, que aparecem cada vez mais como crises financeiras (AGLIETTA e ORLEANS, 1990).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como previamente mencionado, esta seção propõe-se a fazer considerações finais de cunho aberto, uma vez que as análises da moeda social Palmas foram apresentadas anteriormente, na seção 4 desta monografia. Está se tornando algo relativamente comum que comunidades específicas dentro das sociedades contemporâneas criem instrumentos monetários, a partir de laços e relações sociais atípicas à capitalista, ou seja, que apontam para outros sentidos para além da lógica puramente mercantil. Os movimentos de ES, sob os quais estão inscritas as iniciativas dos BCDs e as moedas sociais, corroboram para a contestação referente à generalização do homo economicus, como observada em Polanyi (2012) e Mauss (2003). Nestas manifestações da sociedade civil, predominam, em certo grau, outros aspectos da moeda que não o econômico, como se a comunicação que o dinheiro realiza fosse menos no sentido do preço das mercadorias, e mais sobre as vontades de inclusão e participação social. Os aspectos teóricos ressaltados por Polanyi e Granovetter, como o de que a economia é enraizada e mistura-se a outras esferas, pretensamente mais relevantes, mostra-se aderente ao caso estudado. Na ES manifestam-se princípios de vida que não seguem a lógica da impessoalidade e do autointeresse, ainda que, evidentemente, os participantes as possuam.

Em diversos momentos, na análise do caso Palmas, pôde-se observar o caráter livre e obrigatório, interessado e desinteressado da dádiva, que permite que as ações humanas sejam analisadas num prisma ampliado de sua ação econômica. Na moeda social Palmas, a pluralidade de motivações e comportamentos humanos manifesta-se no uso e desuso da moeda, na ligação do indivíduo à ASMOCONP/Banco Palmas e ao circuito de circulação de compras dentro do bairro, que se mantém, mesmo com o crescente desuso da Palmas (P\$).

Apesar de não ter se proposto a isso, este trabalho consegue demonstrar que, a moeda social, enquanto alternativa concreta a um sistema monetário hegemônico, é uma inverdade. Não é um sistema que subverte a lógica da soberania monetária nacional, pois permanece submerso em normas e leis que regulam tais iniciativas. O Bacen, sob o discurso de “compreensão” do caráter social da moeda a restringe, em termos de localização e lastro, e portanto, de atuação. Os motivos pelo desuso estão relacionados às mudanças que o próprio Banco Palmas provocou nas relações socioeconômicas na comunidade, como o acesso ao crédito, a cartão de crédito e á conta bancária.

Entretanto, como expressão de sociabilidade do Conjunto Palmeiras, a moeda social cumpre seu papel de revelar as relações entre os homens e os homens as coisas. Seu uso permitiu transformar aspectos da realidade e é, sem dúvida, como bem destacou Soares (2009), uma experiência única, de transformação e empoderamento para aqueles que a empreendem. Ainda, como destaca Rigo (2014), o próprio processo pedagógico de criação da moeda, levou a comunidade a entender que existem mecanismos diversos para atuar na transformação de sua realidade, sendo o dinheiro um deles.

Esse trabalho procurou utilizar abordagens da antropologia e da sociologia econômicas, e não da teoria econômica dominante por compreender que a sociabilidade por trás da moeda é presente apenas na economia política crítica de Marx. Embora a análise de um único caso de moeda social - as Palmas - não permita generalizações sobre a moeda, é possível imaginar que hajam outras análises econômicas seriam enriquecidas se levassem em conta as dimensões sociais e políticas por trás da moeda como as que vimos aqui (por exemplo, numa análise das criptomoedas). A consideração destes aspectos, sociais e políticos, pela teoria econômica, para a análise da moeda como de outros objetos dos economistas, poderia lhes tirar a adesão àquela neutralidade de que fala Galbraith : “Tal ciencia económica [aquela que não leva em conta o poder em suas análises] no es neutral. Es un aliado influyente y sumamente valioso de aquellos cuyo ejercicio del poder depende de la aquiescencia pública.”⁴

Por fim, foi possível compreender um caso prático, onde indivíduos interagindo entre si criaram redes e estabeleceram relações sociais atípicas ao capitalismo, em que a lógica de funcionamento se deu por novas relações, fazendo com que o social e o político subordinasse o econômico. Sem a utilização das abordagens teóricas para além do referencial da teoria econômica tradicional, a realidade da moeda Palmas e sua rede de sustentação aqui estudadas, não seriam tão plenamente captadas.

⁴ Discurso proferido por John Kenneth Galbraith, intitulado “El poder y el economista útil”, na octogésima quinta reunião da Associação Econômica Norte-americana, em Toronto, Canadá, dezembro de 1972.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M.; ORLEAN, A. **A violência da moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ARAÚJO, P. H. F. **As possibilidades de um diálogo**: a ontologia do ser social de Lukács e a nova sociologia econômica de Granovetter. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

BENJAMIN, C. Nota da edição brasileira. In: POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p.7-11.

BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. tradução Floriano Fernandes. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

BLANC, J. Les monnaies parallèles : évaluation et enjeux théoriques du phénomène. **Revue d'économie financière**, Lyon, n. 49, p. 81-102, set. 1998.

_____. Classifying “CCS”: community, complementary and local currencies types and generations. **International Journal of Community Currency Research (IJCCR)**. vol. 15, Edição Especial, p. 04-10, 2011.

BORGES, A. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: MORAIS, L.; BORGES, A. (orgs.). **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Polis, p. 249-294, 2010.

BRUNHOFF, S. A originalité et la actualité de la théorie monétaire de Marx. **Revue Économique**, v. 18, n. 1, 1967, p. 28-49.

BÚRIGO, F. L. **Moeda social e circulação de riquezas na economia solidária**. 2002. Disponível em: <http://money.socioeco.org/documents/67pdf_Moeda.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

CAMPREGHER, G. Uma nova forma de organização do trabalho é possível – se conseguirmos nos imiscuir na formação/educação dos homens (trabalhadores/consumidores) sob domínio do capital, **III Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia de Porto Alegre**, 2002.

CAILLÉ, A. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

_____. Dádiva. In: CATTANI, A. D. et al (orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 162-167.

COUTINHO, C. N. Prefácio. In: MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FRANÇA FILHO, G.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 6, n. 14, jan./abr. 1999.

FRANÇA FILHO, G.; SILVA JR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In CATTANI, A. D. et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**: Edições Almedina, 2009, p. 31-37.

FRANÇA FILHO, G; et al. L’enjeu de le usage des monnaies sociales dans les banques communautaires de développement au Brésil: Etude du cas de la Banque Palmas. **Revue Internationale de l’économie sociale - RECMA**, Paris, n. 324, p. 70-86, 2012.

GAIGER, L. I. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, A. D. et al. (orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-167.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-51, 1998.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1930-1938, 1973.

_____. The old and the new Economic Sociology: a history and an agenda. In: FRIEDLAND, R.; ROBERTSON, A.F. (orgs). **Beyond the marketplace: rethinking economy and society**. New York: Aldine de Gruyter, p. 89-112, 1990.

GRESPLAN, J. As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no livro III de *O Capital*. **Crítica Marxista**, n. 33, 2011, p. 9-30.

GUIMARÃES, N. A.; VERETA-NAHOUM, A. Apresentação: explorando os sentidos sociais da economia. **Tempo Social**, v.29, n.1, p.1-22, 2017.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. São Paulo: L&PM, 2015.

HARVEY, D. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2010 – características gerais da população. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

INSTITUTO PALMAS. [**Laboratório de inovação e pesquisa em finanças solidárias**]. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/palmaslab>>. Acesso em: 22 out. 2017.

KARSENTI, B. **Marcel Mauss: le fait social total**. Paris: PUF, 1994.

KAUFMAN, D. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 23, p.207-218, jun. 2012.

LEITE, I. **Correlatos valorativos do significado do dinheiro para crianças**. Tese (Doutorado em teoria e pesquisa do comportamento) – Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

LÉVESQUE, B. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 2, p.49-60, abr/jun, 2007.

_____. Sociologia econômica. In: CATTANI, A. D. (org.) et al. **Dicionário internacional da outra economia**. 1 ed. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 305-309.

LIETAER, B. *The future of Money: creating new wealth, work and wise world*. Londres: Century, 2001.

LIETAER, B.; KENNEDY, M. **Monedas regionales: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable**. s/l: La Hidra de Lerna Ediciones, 2010.

LOPES JÚNIOR, E. As potencialidades analíticas da Nova Sociologia Econômica. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.17, n1, p. 39-62, 2002.

MACHADO, N. **Sociedade vs. mercado: notas sobre o pensamento econômico de Karl Polanyi**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Econômica) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

MARTINS, P. H. Dádiva, solidariedade e vínculo social: reflexões sobre a atualidade da escola francesa de sociologia. In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). **Anais**. Caxambu, 2003.

_____. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 73, p. 45-66, dez. 2005.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MAUSS, M. Techniques of the body. *Economy and Society*., v. 2, n. 1, fev. 1973, 70-88.

_____. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, p. 183-294, 2003.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. e MAGALHÃES, S. Bancos comunitários. **Mercado de Trabalho**, n. 40, nov. 2008.

MOLLO, M. L. R. A relação entre moeda e valor em Marx. **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 2 (42), abr./jun., 1991.

_____. A relação entre moeda e valor em Marx: crítica da crítica. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 3 (51), jul./set., 1993.

MOTA, L. A. Dádiva e sociabilidade no Brasil. **Revista Antropológicas**, Recife, v.13 n. 6, p.107-123, 2002.

NEIBURG, F. Os sentidos sociais da economia. In: DUARTE, L. F. D. Horizontes das ciências sociais no Brasil – antropologia. São Paulo: ANPOCS/Barcarolla/Discurso Editorial, 2010.

NYMAN, C. The social nature of money: meanings of money in swedish families. **Women's Studies International Forum**, Umeå, Suécia, v. 26, n. 1, p. 79-94, jan./fev. 2003.

PAIVA, C. A. N. O conceito de dinheiro em Keynes. Porto Alegre: **Ensaio**, FEE, v. 15, n. 2, 1994, p. 571-590.

POLANYI, K. Aristotle discovers the economy. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W. (orgs.). **Trade and market in the early empires**. Londres: Falcon's Wing Press, 1957, p. 64-96.

_____. The economy as instituted process, in: DALTON, G. (org.). **Primitive, archaic and modern economies: essays of Karl Polanyi**. Boston: Beacon Press, 1968, p. 139-174

_____. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 6, p. 59-82, abr. 2005.

RIGO, A. Experiências distintas compartilhando sentidos: as moedas sociais no Brasil e na França. In: XXXVII Encontro da ANPAD. **Anais**. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2014.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de. **O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 169-193, mar. 2017.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.23, p.131-138, fev. 2008.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Gestão, fato associativo e economia solidária**: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

_____. Clubes de trueques y economia solidaria trueque. Buenos Aires, **Nodo Obelisco-Red Global de Trueque**. n.3, ano 2. 1999.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, C. L. B. **Moeda social**: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. Moeda Social. In: CATTANI, A. D. et al. (orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 255-259.

_____. A moeda social e a economia solidária no Brasil: instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento? **Revista Orbis Latina**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-69, jan./dez. 2011.

SOUZA, C. et al. 2014. Os valores e o valor da moeda: hipóteses sobre a comensurabilidade e a monetarização do impacto de projetos sociais. *Cadernos EBAPE*, n. 12, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323231099011>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. **Principles of Economic Sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

THÉRET, B. Os três estados da moeda: abordagem interdisciplinar do fato monetário. Campinas, Economia e Sociedade, v. 17, n. 1 (32), p. 1-28, abr. 2008.

VINHA, V. da. Polanyi e a nova sociologia econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento cultural.. **Econômica**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 207-230, dez. 2001.

WEATHERFORD, J. **A história do dinheiro**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

ZELIZER, V. A. **La signification sociale de l'argent**. Paris: Éditions Seuil, 2005.